MÊDA
ASSEMBLEIA
MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MÊDA

Ata número 6º

Sessão Ordinária realizada no dia 26 de junho de 2026

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte seis, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal da Mêda, em sessão ordinária, dando início às nove horas e quinze minutos com a seguinte ordem de trabalhos:

Período de Intervenção do Público;

Leitura de Expediente;

Período antes da ordem do dia:

- Intervenções dos Grupos Municipais e dos Deputados Independentes para Apresentação de Votos, Moções e Recomendações; ----------

- Relatório Anual da Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (previstos no artigo 6.º Nº 4 do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, na sua atual redação) – Para conhecimento; ----------

- Nova Identidade gráfica do Município – Para conhecimento; ----------

Período da ordem do dia: ----------

Ponto 1º - Apreciação da Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea c) do artigo 25° do anexo I a que se refere o n° 2 do artigo 1° da lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; **Ponto 2º -** Análise e aprovação da Ata número quatro da Reunião Ordinária de Assembleia realizada no dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e seis; **Ponto 3º** - 2º Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano; **Ponto 4º-** Análise e aprovação do projeto de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal; ----------

Presidiu à Sessão Ordinária o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Germano Mourato Leal Pinto, tendo sido secretariada por, Carla Alexandra Sequeira Beça Rodrigues, na qualidade de Primeira Secretária, e por Márcia Maria Pereira Raimundo, na qualidade de Segunda Secretária. Estiveram presentes os Deputados Municipais que a seguir se indicam: ----------

António Carlos Proença Simão de Almeida, Hermínio José Costa Albino, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, Luísa Maria Junqueiro (em substituição Fabiana Almeida Rodrigues), Marco Aurélio Mano Saldanha, António Óscar Dias de Amaral Sampaio, António João Barradas Moreira, Pedro Miguel Soeiro Lourenço, Ermelinda de Lurdes do Nascimento Rosa Amado (em substituição Mário José Lobão Andrade), Filipa Alexandra Pereira da Silva Amado e Gilberto Cruz (em substituição Vânia Isabel Morrão da Silva Alves). Marcaram igualmente presença os Presidentes das Juntas de Freguesia, conforme se indica de seguida - Presidente de Junta da Freguesia de Aveloso: Joel

Filipe Martins Cardoso; - Presidente de Junta da Freguesia de Barreira : Antero Augusto Gomes Martins; - Presidente de Junta da Freguesia de Coriscada: Adelino Carlos Bandeira; - Presidente de Junta da Freguesia de Longroiva, António Norberto Rodrigues Tairum; - O secretário Carlos Amado em substituição da Presidente de Junta da Freguesia de Marialva: Vanessa Alexandra Correia da Conceição; - Presidente de Junta da Freguesia de Poço do Canto: Alexandrina da Conceição Montês Abrunhosa; - Faltou o Presidente de Junta da Freguesia de Rabaçal: Pedro Alexandre Amaral Ribeiro não tendo justificado a sua ausência; Presidente de Junta da Freguesia de Ranhados, José Sérgio Pereira Correia; - Presidente de Junta da Freguesia de Mêda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa: José Manuel Félix Lemos; - Presidente de Junta da Freguesia de Prova e Casteição: Nelson Fernando Andrade Gonçalves; - Presidente de Junta da União de Freguesias de Vale Flor, Carvalhal e Pai Penela: Maria Armanda Oliveira Coelho. Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara, António César Valente Figueiredo, o Vice-Presidente Carlos Alberto Batoco Montês, faltou a vereadora Carla Sofia Silva Sequeira tendo justificado a sua ausência, o vereador Anselmo Antunes de Sousa, e o vereador Carlos Bruno Brígida Fial Pereira. ----------

Leitura da Correspondência:

Foi dirigido um email ao Presidente da Assembleia Municipal recebido no dia 16 de junho 2026, respeitante a um *Estudo Académico sobre a implementação do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística pelos municípios portugueses, com vista à sua futura publicação.* ----------

Não havendo mais leituras de expediente, foram referidos e lidos os emails com comunicação das ausências e justificações dos membros da Assembleia. ----------

Substituição ao abrigo do art.º 78 º da lei n.º 169/99 de 18/09, na sua atual redação:

Correio eletrónico de Mário José Lobão Andrade, Deputado Municipal, a solicitar, por motivos saúde, a sua substituição na sessão ordinária de 26 de junho, indicando para o efeito Ermelinda de Lurdes do Nascimento Rosa Amado, que foi convocada nos termos legais; ----------

Correio eletrónico de Fabiana Almeida Rodrigues Deputada Municipal, a solicitar, por motivos de profissionais, a sua substituição na sessão ordinária de 26 de junho, indicando para o efeito, Luísa Maria Junqueiro que foi convocada nos termos legais; ----------

Correio eletrónico de Vânia Isabel Morrão da Silva Alves Deputada Municipal, a solicitar, por motivos pessoais, a sua substituição na sessão ordinária de 26 de junho, indicando para o efeito, Gilberto Cruz que foi convocado nos termos legais; ----------

Substituição ao abrigo da alínea c) do Art° 18° da Lei Nº 75/2013 de 12/09 na sua atual redação:

Correio eletrónico de Vanessa Alexandra Correia da Conceição, Presidente da Junta de Freguesia de Marialva, a solicitar, por motivos pessoais, a sua substituição na sessão ordinária de 26 de junho, indicando para o efeito, o Secretário Carlos Amado, que foi convocado nos termos legais;

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou todos os presentes e deu início à sessão. Seguidamente deu início ao período aberto à intervenção do público, no qual a Mesa não recebeu nenhuma inscrição. ----------



O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra para Intervenções dos Grupos Municipais e dos Deputados Independentes para Apresentação de Votos, Moções e Recomendações abrindo assim o período de inscrições, tendo sido registada uma solicitação para uso da palavra: Joel Cardoso. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Aveloso, Joel Cardoso. ----------

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Aveloso, Joel Cardoso**, que começou por cumprimentar Senhor Presidente da Mesa, as Senhoras Secretárias, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os senhores e senhoras Presidente de Junta e os restantes membros da Assembleia e o público presente. Seguidamente manifestou o seguinte voto de pesar: *Voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Maria Diogo Sequeira, ex-presidente da Junta de Freguesia do Aveloso e pai da atual Vereadora Dra. Carla Sequeira. Com este voto, enalteço a sua dedicação, empenho e contributo para o desenvolvimento do Aveloso. Todos reconhecemos o seu esforço, atenção e zelo em relação à comunidade. Deixa um legado de dedicação e trabalho que merece ser recordado. Também quero apresentar à família enlutada as mais sentidas condolências. Proponho a esta Assembleia, que aprove este voto de pesar e que se guarde um minuto de silêncio em sua memória. Terminou agradecendo.* ----------

Neste momento a bancada da AD-PSD/CDS, do Partido Socialista, e do Partido Nós Cidadãos une-se em intenção a este voto de pesar. ----------
Neste momento, **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** propôs o voto de pesar a votação tendo sido aprovado por unanimidade, e de seguida foi cumprido um minuto de silêncio em memória do Sr. João Maria Diogo Sequeira. ----------

Período Antes da Ordem do Dia: ----------
Intervenções dos Grupos Municipais e dos Deputados Independentes para Apresentação de Votos, Moções e Recomendações;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de inscrições, tendo sido registadas 5 solicitações para uso da palavra: Hermínio Albino, Pedro Lourenço, Luísa Maria Junqueiro, Cláudio Heitor Rebelo e Marco Saldanha.

Lembrando que, nas suas intervenções, cada deputado deve respeitar o tempo de 5 minutos com alguma tolerância. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Deputado Hermínio Albino. ----------

Usou da palavra o **Sr. Deputado Hermínio Albino**, que iniciou a sua intervenção começando por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia as Senhoras Secretárias, o Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores e Senhoras Deputados, Secretária Leticia, e público presente. De Seguida manifestou alguns pontos que o preocupam enquanto cidadão, salientando

que a sua intervenção política se pautava sobretudo pelo exercício da cidadania e pela defesa do interesse de todos. Referiu ainda que os assuntos apresentados nas reuniões deveriam merecer a devida atenção por parte do Executivo e do Senhor Presidente da Câmara, sugerindo que fossem revistos os registos constantes das atas anteriores, de forma a verificar o cumprimento dos compromissos assumidos e o ponto de situação de cada um dos temas abordados. De seguida, abordou a importância das associações nas aldeias e da dinamização das atividades que promovem, reconhecendo que nem todas desenvolviam a sua ação com o mesmo dinamismo como se pensa. Ainda assim, considerou que o seu papel era fundamental para promover a visibilidade das localidades, torná-las mais atrativas para os jovens, contribuir para a fixação de novos habitantes e atrair visitantes. Neste contexto, destacou igualmente a relevância da relação entre as associações e as Juntas de Freguesia, defendendo que deveria existir uma cooperação próxima e harmoniosa entre ambas as entidades. Salientou que, quando essa relação era marcada por desentendimentos e falta de colaboração, as iniciativas acabam por não funcionar. Explicou que esta reflexão resultava da sua participação na caminhada realizada na Coriscada, referindo que também já tinha participado noutras caminhadas promovidas pelas Freguesias, embora ainda não tenha participado em todas. Considerou que estas iniciativas constituíam uma oportunidade para conversar com os cidadãos, tanto residentes como visitantes, permitindo conhecer melhor as suas opiniões, preocupações e contributos para o concelho. Na sequência dessas conversas, apelou ao abandono de rivalidades, ciúmes e divisões partidárias, defendendo que todos deveriam colocar os interesses do concelho da Mêda acima de qualquer filiação política. Recordou que esta ideia tinha sido várias vezes defendida pelo Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente durante a campanha eleitoral e em diversas intervenções públicas, considerando que todos os políticos deveriam colaborar em prol do desenvolvimento do concelho e das suas localidades. Por fim, informou que, durante a referida caminhada, visitou o Centro Interpretativo da Ovelha Churra Mondegueira, no Rabaçal, onde verificou que as bandeiras existentes no local se encontravam degradadas e bastante danificadas. Referiu desconhecer se, entretanto, já tinham sido substituídas, uma vez que não voltou a passar pelo local desde essa data. Igualmente destacou a importância do património museológico existente na Coriscada, defendendo-se a criação de um museu na Mêda que funcionasse como polo dinamizador das visitas às aldeias, nomeadamente à Coriscada. Foi referido que esta necessidade já havia sido abordada em anteriores intervenções, designadamente pelo Dr. António e pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Coriscada, considerando-se importante que o Executivo desse a devida atenção a esta matéria. Seguidamente, abordou a problemática das casas devolutas e abandonadas, tanto nas aldeias como na cidade, referindo-se que muitas se encontravam em estado de degradação, invadidas por silvas, lixo, pragas e maus odores, constituindo uma situação preocupante. Referiu que a população depositou expectativas no atual Executivo para promover mudanças e encontrar soluções para este tipo de problemas, desafiando o Senhor Presidente da Câmara a fazer a diferença nesta matéria. Reconheceu que a resposta frequentemente apresentada para esta situação assentava no facto de se tratar de propriedades privadas. Contudo, defendeu que esta circunstância não deveria impedir a procura de soluções, considerando tratar-se de uma questão de saúde pública. Salientou que muitos dos proprietários residiam fora do concelho, em grandes centros urbanos ou no estrangeiro, sendo frequentemente os vizinhos os principais prejudicados, devido à proliferação de pragas, aos maus odores, ao risco de derrocada das edificações e às demais consequências do abandono. Neste contexto, considerou indispensável encontrar mecanismos que permitissem ao município intervir de forma mais eficaz, reconhecendo que as limitações legais existentes também se verificavam relativamente às propriedades rurais. Como possível via de atuação, sugeriu a criação de mecanismos legais, designadamente através da Lei das Finanças Locais ou da aplicação do IMI,

que incentivassem os proprietários a manter os imóveis em condições adequadas ou a resolver situações de abandono. Recordou que já tinha apresentado essa proposta em anteriores mandatos, quando o Professor Anselmo exercia as funções de Presidente da Câmara, defendendo que o IMI das habitações devolutas e em estado de abandono, suscetíveis de constituir um problema de saúde pública, deveria ser "multiplicado" por cinco ou por dez. Em contrapartida, considerou que os proprietários que mantinham os seus imóveis em boas condições e neles residiam deveriam beneficiar de uma redução daquele imposto. Acrescentou que esta medida poderia incentivar os proprietários a recuperar, vender ou dar outro destino aos imóveis abandonados, contribuindo para a resolução de um problema que considerou ser do interesse de todo o concelho. Seguidamente elogiou a obra e o embelezamento da rotunda de Longroiva, designadamente o conceito associado ao slogan "Onde o granito encontra o xisto". Referiu desconhecer se a iniciativa tinha origem em mandatos anteriores, mas felicitou o Executivo pela conclusão da intervenção, considerando que o resultado final valorizou aquele espaço. Relativamente ao Centro de Saúde da Mêda, referiu que, apesar das críticas que frequentemente eram dirigidas àquela unidade de saúde, entendia ser importante reconhecer os seus aspetos positivos. Na qualidade de utente, bem como os seus familiares, afirmou que sempre tinha sido bem atendido, destacando a qualidade, o profissionalismo e a simpatia dos profissionais de saúde. Reconheceu que subsistiam problemas, nomeadamente o encerramento de alguns serviços, salientando, contudo, que essas dificuldades não eram recentes, prolongando-se há vários anos. Manifestou a convicção de que o Senhor Presidente da Câmara estaria empenhado na sua resolução. Destacou igualmente como muito positiva a deslocação de equipas do Hospital da Guarda à Mêda para a realização de análises clínicas, considerando que essa medida evitava deslocações desnecessárias, custos e perda de tempo para os utentes. Concluiu reafirmando o seu apreço pelo Serviço Nacional de Saúde, felicitando todos os profissionais que diariamente contribuíam para o seu funcionamento. Acrescentou que, tanto ele como os seus familiares, nunca tinham deixado de ser atendidos no Centro de Saúde da Mêda, manifestando igualmente a sua satisfação com o desempenho dos médicos e dos restantes profissionais, razão pela qual entendeu ser justo reconhecer publicamente o trabalho desenvolvido e transmitir uma mensagem de confiança e valorização daquela instituição. ----------

Neste momento foi solicitado um pedido de esclarecimento à mesa pelo Deputado **Adelino Carlos Bandeira.** ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, explicou que o seu pedido de esclarecimento poderia ser feito, mas no fim de todas as solicitações registada. ----------

Usou da palavra o **Sr. Deputado Pedro Lourenço,** e cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, as senhoras secretárias, os senhores Vereadores, as Senhoras e Senhores Deputados, as Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e o ilustríssimo Público. Começou por dirigir-se ao Senhor Presidente da Assembleia para colocar uma questão prévia que considerou relevante: *gostaria de saber se o novo regimento já se encontra em vigor antes mesmo da sua aprovação formal por este órgão. Faço esta pergunta porque a documentação referente à presente Assembleia foi disponibilizada aos membros com menos de 48 horas de antecedência relativamente ao início dos trabalhos, quando o regimento atualmente em vigor estabelece, de forma clara, no Artigo 30.°, n.° 1, que "as sessões ordinárias são convocadas com a antecedência mínima de 8 (oito) dias". Acresce ainda que o n.° 6 do mesmo artigo determina que os documentos que instruem o processo deliberativo devem acompanhar o texto da convocatória, o que, manifestamente, não se verificou neste caso. Senhor Presidente, o cargo que ocupa representa naturalmente uma função de dignidade institucional, mas acarreta também responsabilidades*

concretas no cumprimento das normas que regulam o funcionamento desta Assembleia. Aquilo que hoje aqui verificamos é o incumprimento de regras regimentais em vigor, e creio que é importante recordar que o respeito pelo regimento não deve ser entendido como uma mera formalidade administrativa, mas sim como uma garantia de transparência, de respeito pelos membros desta Assembleia e do bom funcionamento democrático desta instituição. Quero começar por reconhecer aquilo que considero importante valorizar quando existem iniciativas que contribuem para a promoção do nosso concelho, para a dinamização da nossa economia local e para o reforço da nossa identidade coletiva. Nesse sentido, gostaria de deixar uma palavra de congratulação ao executivo municipal pela realização da V Feira das Atividades do Mundo Rural, uma iniciativa que representa uma aposta importante na valorização das atividades ligadas ao mundo rural, dos produtores locais, das tradições e daquilo que continua a ser uma parte fundamental da identidade do nosso território. Eventos desta natureza ajudam a promover o concelho, dinamizam a economia local e mostram que o interior continua a ter capacidade para afirmar aquilo que de melhor possui. Por isso, parece-me justo reconhecer o esforço feito na concretização desta iniciativa. Quero igualmente congratular o executivo pela realização do evento Correntes de Leitura - Luz da Beira, uma iniciativa cultural relevante, que procura promover a leitura, o pensamento crítico, o debate e a valorização da cultura, algo sempre importante, sobretudo em territórios do interior, onde estes momentos assumem uma importância ainda maior no combate ao isolamento cultural e na aproximação da população a diferentes formas de conhecimento. No entanto, relativamente a esta iniciativa em concreto, parece-me importante deixar também uma reflexão. Foi visível alguma fraca adesão por parte das associações do concelho, algo que deve merecer análise, porque o movimento associativo é uma peça fundamental na vida coletiva do município e seria desejável uma participação mais expressiva nestas atividades. Da mesma forma, também se verificou uma afluência de público abaixo daquilo que seria expectável, o que naturalmente levanta questões sobre a divulgação do evento, sobre o formato adotado e sobre a necessidade de encontrar estratégias que permitam envolver mais a população em iniciativas desta natureza. São aspetos que considero importantes analisar para que no futuro este tipo de eventos possa alcançar ainda maior impacto e participação. Passando agora a outras questões, volto a trazer a esta Assembleia alguns problemas que infelizmente continuam por resolver, apesar de já terem sido aqui levantados anteriormente. Começo por voltar a referir a situação do muro no Poço do Canto, que continua caído há já pelo menos três meses. Este assunto foi por mim abordado na última Assembleia Municipal e, até à presente data, continua exatamente na mesma situação. Mais preocupante ainda é o facto de o local continuar sem qualquer tipo de sinalização, o que representa um risco evidente para quem ali circula. Pergunto, por isso, ao Senhor Presidente da Câmara se já se deslocou ao local, se verificou a situação no terreno e quando está prevista uma intervenção para resolver este problema. Gostaria também de perguntar ao Senhor Presidente se já teve oportunidade de verificar pessoalmente o estado em que se encontra a estrada entre os Cancelos e a Areola, uma via que ficou fortemente danificada devido às intempéries ocorridas nos meses de janeiro e fevereiro. A verdade é que passaram vários meses e a estrada continua em condições extremamente degradadas, em alguns troços praticamente destruída, causando dificuldades a quem diariamente necessita de utilizar aquela ligação. Gostaria de saber se existe alguma previsão concreta para a sua reparação e quando pensa o município avançar com essa intervenção. Quero igualmente voltar a insistir numa questão que considero preocupante em praticamente todo o concelho e que tem a ver com a deficiente sinalização rodoviária. Refiro-me tanto à sinalização horizontal, com diversas marcações no pavimento praticamente apagadas ou inexistentes, como à sinalização vertical, onde continuam a existir sinais degradados, danificados, mal posicionados ou simplesmente em falta em vários locais. Estamos a falar de uma matéria diretamente relacionada com a segurança

de condutores e peões e parece-me evidente que este é um problema que merece uma atenção mais séria e uma intervenção gradual, mas consistente por parte do executivo. Por último, gostaria de voltar a perguntar em que ponto se encontram as situações relacionadas com o Bairro do Barrocal e com o Morro, assuntos que já foram aqui debatidos em Assembleias anteriores e relativamente aos quais continuam a faltar esclarecimentos concretos sobre o ponto de situação atual e sobre as soluções que estão previstas. Penso que é importante que as populações tenham respostas claras e percebam que os assuntos trazidos a esta Assembleia não ficam apenas registados em ata, mas têm efetivamente acompanhamento e vontade de resolução. Espero sinceramente que hoje possamos finalmente obter respostas concretas, porque aquilo que os cidadãos esperam dos seus representantes é trabalho efetivo, capacidade de resposta e soluções concretas para os problemas reais que continuam a afetar o dia a dia das populações. Muito obrigado.

Almeida

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra a Sra. Deputada Luísa Maria Junqueiro. ----------

Usou da palavra **Sra. Deputada Luísa Maria Junqueiro**, que cumprimentou a Mesa, o Executivo Municipal, os Deputados Municipais, os Presidentes de Junta e o público presente. Referiu que se tratava da sua primeira intervenção na Assembleia, solicitando compreensão. Informou que pretendia abordar uma questão que a preocupava particularmente a si e à população da sua aldeia, relacionada com a inexistência de numeração nas habitações. Referiu desconhecer se a situação se verificava igualmente noutras localidades do concelho, mas considerou tratar-se de um problema grave que permanecia por resolver. Explicou que residia na aldeia há cerca de cinco anos e que, ao longo desse período, lhe tinha sido repetidamente transmitido que a situação seria regularizada em breve, sem que, até à data, tal tivesse acontecido. Acrescentou que, recentemente, tanto ela como alguns vizinhos deixaram de receber correspondência importante devido à ausência de numeração nas habitações. Referiu que se tinha deslocado aos CTT em diversas ocasiões, solicitando que a sua correspondência lhe fosse guardada sempre que fosse devolvida por impossibilidade de entrega. Acrescentou que um funcionário dos CTT lhe tinha informado que um representante da administração daquela entidade já tinha abordado o assunto junto da Câmara Municipal e que existia um prazo para a colocação definitiva da numeração nas habitações. Segundo lhe foi transmitido, após o termo desse prazo os carteiros poderiam deixar de efetuar a distribuição de correspondência nas moradas sem número. Manifestou a sua preocupação perante essa possibilidade, considerando que a situação afetava todos os residentes cujas habitações continuavam sem numeração atribuída. Concluiu solicitando esclarecimentos sobre o ponto de situação do processo e apelando à sua rápida resolução. Manifestou ainda disponibilidade para colaborar voluntariamente na concretização deste trabalho na sua aldeia, caso tal fosse considerado útil ou necessário.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Heitor Rebelo. ----------

Usou da palavra o **Sr. Deputado Cláudio Heitor Rebelo,** que começou por cumprimentar o Senhor Presidente, a Mesa, o Executivo Municipal, os caros colegas Deputados Municipais, os Presidentes de Junta e o estimado público, referiu que tinha ouvido atentamente a intervenção do Deputado Hermínio Albino, mas que não concordava com muito do que ele disse, salientando, contudo, que essa divergência de opiniões era própria do funcionamento democrático. Relativamente ao Centro de Saúde da Mêda, afirmou que nunca tinha ouvido críticas de atendimento dirigidas ao desempenho técnico ou profissional dos seus trabalhadores, incluindo assistentes operacionais, enfermeiros, nutricionistas e demais profissionais que ali exercem

funções. Salientou que aquilo que efetivamente preocupava a população era o encerramento diário das urgências, considerando que era nessa matéria que todos se deveriam unir, independentemente de filiações partidárias. Defendeu que, não deveria ser desvalorizada a gravidade da situação nem transmitida a ideia de que tudo estava bem ou melhor do que anteriormente, por entender que tal não correspondia à realidade vivida pela população. Referiu que continuavam a chegar relatos preocupantes de pessoas receosas quanto ao acesso aos cuidados de saúde, considerando que a falta de respostas nesta área condicionava a permanência das pessoas no concelho e afetava a sua qualidade de vida. Acrescentou que, esta era uma preocupação comum a toda a comunidade, defendendo que deveria ser analisado o exemplo de concelhos vizinhos onde a população se mobilizou publicamente em defesa dos serviços de saúde. Considerou que essa poderia ser uma das formas de contrariar aquilo que muitos receiam vir a ser um encerramento definitivo de serviços, reiterando a necessidade de união em torno desta causa. Relativamente à proposta de alteração do Regimento, considerou sensata a decisão do Senhor Presidente da Assembleia de retirar o assunto da ordem de trabalhos, permitindo assim uma análise mais aprofundada e uma discussão mais alargada. Referiu, contudo, que ainda não tinha tido oportunidade de analisar o documento, salientando a importância do cumprimento dos prazos legais para a disponibilização da documentação necessária aos membros da Assembleia. Defendeu que os eleitos não poderiam desempenhar adequadamente as suas funções de representação quando recebiam a documentação apenas com 48 horas de antecedência, considerando que tal situação dificultava a preparação das reuniões e a análise cuidada dos assuntos em discussão. Acrescentou que as bancadas tinham o dever de preparar devidamente as Assembleias, reunir previamente e estudar os assuntos que posteriormente seriam debatidos naquele órgão. Retomou uma questão que já tinha abordado em anteriores sessões, nomeadamente nas reuniões de fevereiro e abril, relacionada com a situação das rotundas existentes no concelho. Referiu que, apesar dos elogios dirigidos a algumas intervenções realizadas, continuavam a existir diversos outdoors instalados sem qualquer utilidade prática, permanecendo apenas dois ou três com informação relevante, sendo que um deles encontrava-se caído. Considerou que esta situação transmitia uma imagem negativa do espaço público e recordou que tinha sido anunciada uma intervenção para resolver o problema, sem que, até à data, tivesse sido concretizada. Acrescentou ainda que muitos desses outdoors apenas pareciam ter utilidade em períodos eleitorais, considerando inaceitável a sua permanência nas condições atuais. Reforçou que, para além dos diversos outdoors já existentes, tinha sido recentemente instalado mais um painel informativo junto à zona de acesso às bombas do Senhor Falhas, aumentando ainda mais o número daqueles outdoors. Referiu que, embora não considerasse tratar-se de um assunto prioritário, entendia que era uma questão de princípio e de imagem urbana, defendendo que, se o concelho pretendia afirmar-se como cidade, deveria igualmente demonstrar cuidado e organização nestes aspetos. De seguida, alertou para os problemas que se tem vindo a verificar nos comboios da Linha do Pocinho, referindo que muitos habitantes do concelho da Mêda que utilizam regularmente aquele transporte, dizem que se tem vindo a registar atrasos frequentes, por vezes de duas ou três horas, causando transtornos significativos aos passageiros. Reconheceu que a matéria não se enquadrava diretamente nas competências do município, mas considerou importante que a Câmara Municipal sensibilizasse a CP para esta situação, procurando contribuir para a sua resolução. Seguidamente, manifestou estranheza pelo facto de o município não ter dado maior destaque a um programa que tinha acompanhado recentemente, conduzido por Hugo Van Der Ding, "Viajar na maionese" no âmbito da rubrica dedicada à história do Albaninho e do denominado "Homem Macaco". Considerou que se tratou de um trabalho de grande qualidade, fruto de investigação aprofundada sobre um tema que, na sua opinião, constituía uma das maiores referências identitárias do concelho da Mêda.

Defendeu que esta temática representava uma importante marca distintiva do concelho e uma oportunidade de promoção e divulgação do território. Referiu que o programa alcançou um vasto público e que várias pessoas de diferentes regiões do país lhe fizeram referência ao concelho através dessa história. Considerou, por isso, que o conteúdo de quase 1 hora deveria ser preservado, valorizado e amplamente divulgado, por representar uma oportunidade relevante para reforçar a identidade da Mêda. Abordou a realização de atividades integradas na iniciativa "V feira do Mundo Rural", referindo que compreendia existirem diferentes perspetivas sobre a matéria. Esclareceu que não assumia uma posição radical relativamente às touradas ou às manifestações da tauromaquia, embora pessoalmente não apreciasse espetáculos que envolvessem sofrimento animal. Defendeu que as touradas não faziam parte da identidade nem das tradições do concelho da Mêda e salientou que as gerações mais jovens tendiam a encarar a relação com os animais de forma diferente, valorizando cada vez mais o seu bem-estar e respeito. Referiu ainda que tinha observado exemplos de municípios noutras regiões do país, designadamente no Algarve, que promoviam atividades ligadas à pastorícia, envolvendo escolas e proporcionando experiências educativas relacionadas com as práticas agrícolas e pecuárias. Considerou que esse tipo de iniciativas representava uma forma mais adequada de valorizar a ruralidade e as tradições locais. Concluiu afirmando que compreendia a controvérsia gerada em torno desta questão e a divisão de opiniões existente na população, considerando que parte das críticas resultava do facto de muitas pessoas defensoras da causa animal não se reverem numa atividade que, na sua opinião, não correspondia às tradições nem à identidade do concelho da Mêda.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Deputado Marco Saldanha. ----------

Usou da palavra o **Sr. Deputado Marco Saldanha,** começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, a Mesa da Assembleia Municipal, o Executivo Municipal, os Deputados Municipais, os Presidentes de Junta de Freguesia, a Secretária, e o público presente, referiu que reservaria para momento posterior as análises das atividades desenvolvidas pelo Executivo nos últimos dois meses, no âmbito da apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, optando por abordar, naquele momento, dois temas específicos. Referiu que um dos assuntos já tinha sido várias vezes apresentado em sessões anteriores, enquanto o outro era frequentemente debatido em contexto informal em "conversa de café". Neste âmbito, abordou o projeto "Multibanco Social", promovido pelo Governo em parceria com a SIBS e o Banco de Portugal, destinado a alargar o acesso a caixas multibanco em Freguesias que tem falta deles. Recordou que, já tinha alertado diversas vezes para a falta de multibancos em algumas Freguesias do concelho, destacando o caso de Marialva. Considerou que, tendo em conta a relevância turística daquela aldeia histórica e o fluxo de visitantes que recebe ao longo do ano, a ausência de um multibanco constituía uma falta que deveria ser colmatada. Admitiu que poderiam existir dificuldades por parte da Junta de Freguesia em estabelecer acordos com a SIBS, mas defendeu que a Câmara Municipal poderia igualmente desempenhar um papel ativo na procura de soluções. Explicou que, é um projeto piloto em várias Freguesias do país, inserindo-se numa estratégia mais ampla que garante a existência de pelo menos um multibanco em cada Freguesia identificada como carenciada deste serviço. Referiu que algumas das localidades abrangidas se encontravam a uma considerável distância das respetivas sedes de concelho e salientou que, embora Marialva não apresentasse exatamente essa realidade, o elevado movimento turístico justificava plenamente a instalação de um equipamento desta natureza. Acrescentou que, apesar da crescente utilização dos meios de pagamento eletrónicos, continuavam a existir situações em que o acesso a dinheiro era importante, sobretudo para pequenos comerciantes e produtores locais. Referiu, a título de

exemplo, os vendedores de produtos regionais, como amêndoas ou azeite, que frequentemente comercializavam os seus produtos junto dos espaços turísticos da aldeia e que nem sempre dispunham de meios eletrónicos de pagamento, considerando por isso fundamental disponibilizar um multibanco naquela localidade. Seguidamente abordou sobre uma reportagem publicada no Jornal de Notícias, integrada em cinco reportagens numa só o tema "Repovoar o Interior", com especial destaque para um trabalho dedicado às medidas adotadas por diversos municípios para atrair e fixar população nos territórios do interior. Recordou que, em várias ocasiões, o Senhor Presidente da Câmara tinha manifestado ser contra relativamente à atribuição de incentivos financeiros para atrair profissionais para o interior, nomeadamente médicos. Contudo, observou que diversas autarquias já estavam a implementar este tipo de medidas, obtendo resultados positivos através de apoios à habitação, incentivos à aquisição ou construção de casa própria, bolsas de estudo, incentivos à natalidade e disponibilização de habitações de função destinadas a profissionais considerados essenciais. Referiu que, em tempos, o próprio município também dispunha de soluções semelhantes, nomeadamente através da disponibilização de alojamentos para determinadas funções consideradas necessárias ao concelho, defendendo que não existiria qualquer inconveniente em analisar estas boas práticas e ponderar a sua adaptação à realidade local. Acrescentou que, identificava duas grandes vias para promover o repovoamento dos territórios do interior. Por um lado, a imigração proveniente do estrangeiro, e por outro lado, destacou o potencial da tecnologia, da inovação e da atividade empresarial como instrumentos fundamentais para atrair novos residentes e criar oportunidades económicas sustentáveis. Considerou que, somos um concelho de trabalho rural, agrícola. Ainda assim, defendeu que não deveria ser negligenciada a aposta na inovação, na tecnologia e na atração de investimento qualificado. Neste contexto, destacou o papel do Mêda Invest, considerando que o projeto tinha sido criado precisamente com o objetivo de promover o investimento e o desenvolvimento económico do concelho. Reconheceu que já começavam a surgir alguns resultados, embora entendesse que o processo estava avançar em "passos pequeninos". Referiu ainda exemplos de iniciativas semelhantes desenvolvidas noutras cidades, designadamente em Braga, que ao longo dos anos alcançaram resultados significativos, defendendo que o concelho deveria continuar a investir neste caminho de forma consistente e estratégica. Prosseguindo, defendeu que o Mêda Invest deveria dispor de mais recursos e de uma maior profissionalização, de forma a reforçar a sua capacidade de intervenção na captação de investimento e na promoção do desenvolvimento económico do concelho. Considerou igualmente importante intensificar a colaboração com universidades, centros de investigação e polos tecnológicos, apostando na atração de talento qualificado e na criação de novas oportunidades ligadas à inovação. Referiu ainda que, o projeto da incubadora de empresas, cuja implementação tinha sido anunciada em anteriores mandatos, não tinha conhecido os desenvolvimentos esperados, considerando que a iniciativa permaneceu sem concretização efetiva. Acrescentou que não identificava, até ao momento, uma atuação do Mêda Invest suficientemente direcionada para a componente tecnológica ou para o estabelecimento de parcerias regulares com instituições de ensino superior e investigação. Reiterou que a imigração tem desempenhado um papel importante na resposta às necessidades de mão de obra existentes no setor agrícola do concelho, considerando esse contributo positivo e necessário. Contudo, defendeu que o município deveria igualmente apostar na atração de quadros qualificados, empresas inovadoras, indústria e tecnologia, promovendo uma estratégia de desenvolvimento mais diversificada. Acrescentou que essa estratégia não deveria limitar-se ao Parque Empresarial, mas antes alargar-se a outras oportunidades de instalação e investimento no território. Considerou que, sempre que necessário, o município deveria criar condições e disponibilizar

recursos para apoiar a fixação de empresas noutros locais do concelho, apontando como exemplo positivo o projeto do aviário apresentado na sessão anterior da Assembleia Municipal.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia Adelino Carlos Bandeira. ----------

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia Adelino Carlos Bandeira**, após cumprimentar o Senhor Presidente e todos os presentes, referiu que tinha preparado algumas notas para orientar a sua intervenção. Dirigindo-se ao Deputado Hermínio Albino, afirmou que a Junta de Freguesia da Coriscada possuía um regulamento de apoio logístico e financeiro às associações, no qual estava a ser cumprido integralmente. Acrescentou que, ao ouvir a intervenção realizada pelo Deputado Hermínio Albino, caso não soubesse quem estava a falar, teria pensado tratar-se de outra pessoa. Referiu ainda que a Junta de Freguesia chegou a ser convidada por uma associação para a realização de uma reunião, mas que essa reunião nunca chegou a concretizar-se, encontrando-se ainda a aguardar o respetivo agendamento. Relativamente às referências feitas a ciúmes e partidarismos, afirmou que gostaria que essas afirmações fossem melhor aprofundadas, por forma a perceber a quem ou a quê se dirigiam. Dirigindo-se novamente ao Deputado Hermínio Albino, considerou que seria mais correto ouvir ambas as partes envolvidas antes de formar uma opinião sobre a situação. Salientou que a Junta não se considerava detentora da razão absoluta, mas entendia possuir razões válidas para sustentar a sua posição. Acrescentou que a Junta de Freguesia tem vindo a trabalhar na valorização do património natural e construído da Freguesia, apontando como exemplo a candidatura que estava a ser preparada ao programa "Crescer com Mais Turismo". Explicou que essa candidatura incidia sobre o projeto do Centro de Interpretação e Valorização Turística do Vale do Mouro, cuja finalidade passava por transformar o património arqueológico romano da Coriscada num produto turístico viável, qualificado e articulável na oferta turística regional da Beira Interior. Considerou, por isso, que a Junta de Freguesia estava efetivamente a desenvolver trabalho na valorização do património local, afirmando ter a consciência tranquila relativamente a essa matéria. Informou ainda que, na segunda-feira seguinte, a Junta de Freguesia da Coriscada receberia uma formação ministrada pelo Banco de Portugal e que seria instalado na sede da Junta um terminal ATM. Esclareceu que esse equipamento não dispunha de todas as funcionalidades de um multibanco tradicional, mas permitiria realizar a maioria das operações. Relativamente à questão dos números de polícia, esclareceu que o projeto tinha sido elaborado por uma empresa especializada, já tinha sido apresentado e aprovado pela Assembleia de Freguesia e seguiria agora para apreciação e aprovação pelos órgãos municipais competentes. ----------

Neste momento foi solicitado um pedido em defesa da honra á mesa pelo Deputado Hermínio Albino. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Deputado Hermínio Albino. ----------

Usou da palavra o **Sr. Deputado Hermínio Albino,** e em resposta à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Coriscada, "caro amigo Bandeira" esclareceu que as suas observações tinham sido feitas em termos genéricos e não dirigidas especificamente à realidade da Coriscada. Referiu que utilizou esse caso apenas como exemplo para abordar uma situação que, segundo lhe foi transmitido, ocorre também noutras aldeias do concelho. Acrescentou que as informações que mencionou não lhe tinham sido transmitidas por qualquer associação, mas sim por várias pessoas com quem conversou durante a caminhada realizada na Coriscada, algumas das quais nem sequer eram residentes na Freguesia. Segundo referiu, essas pessoas

manifestaram a opinião de que determinadas situações deveriam ser levadas ao conhecimento da Assembleia Municipal, por considerarem que se tratava de problemas comuns a várias localidades do concelho. Salientou que poderia apontar outros exemplos, mas entendeu não o fazer para evitar particularizar situações e desviar a discussão do essencial. Afirmou que aceitava a resposta dada pelo Senhor Presidente da Junta e que tinha sentido com agrado a forma empenhada como este reagiu à questão, considerando que tal demonstrava dedicação às funções que desempenha. Acrescentou ainda que tinha uma boa opinião sobre o trabalho desenvolvido pelo mesmo. Esclareceu que, o objetivo da sua intervenção era apenas reforçar a importância da cooperação e união entre as Juntas de Freguesia e as Associações locais. Referiu que não pretendia tomar partido nem assumir o papel de juiz em qualquer situação concreta, defendendo apenas que, na Coriscada, Longroiva ou em qualquer outra Freguesia, deveria existir uma relação de proximidade e colaboração entre estas entidades. Considerou que, as Juntas de Freguesia e as Associações não deveriam ser vistas como entidades adversárias, mas sim como parceiros com interesses comuns na defesa e valorização das suas terras. Nesse sentido, defendeu que as Juntas deveriam estar disponíveis para apoiar as Associações sempre que estas necessitassem, assim como as associações deveriam colaborar com as Juntas quando solicitadas. Reiterou que essa era a sua perspetiva enquanto Deputado Municipal e que o alerta que procurou deixar tinha apenas esse propósito. Afirmou ainda que as observações feitas não tiveram qualquer intenção de ofender ou magoar o Senhor Presidente da Junta da Coriscada, felicitando-o pelo trabalho desenvolvido, bem como às associações locais e a outros autarcas do concelho que têm promovido iniciativas em benefício das respetivas Freguesias. Acrescentou que procurava apenas transmitir as preocupações e opiniões que lhe são comunicadas pelos cidadãos, por entender que essa é uma das responsabilidades para as quais foi eleito. ----------

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** antes de dar a palavra ao Senhor Presidente, esclareceu que a reunião decorria ainda ao abrigo das normas previstas no Regimento atualmente em vigor, uma vez que as alterações propostas ainda não tinham sido aprovadas. Nesse sentido, referiu que não poderiam ser colocadas questões com base em regras que ainda não se encontravam em aplicação. Acrescentou que, no mandato anterior, o então Presidente da Assembleia Municipal adotava um procedimento que considerava adequado, consistindo no envio de uma notificação informal cerca de trinta dias antes da realização da reunião, alertando os membros para a data da próxima sessão. Esclareceu, contudo, que essa comunicação não era legalmente obrigatória, tratando-se apenas de uma prática de boa organização. Recordou ainda que a convocatória e a respetiva ordem de trabalhos devem ser enviadas com a antecedência legalmente prevista, referindo que, no caso em apreço, se verificou apenas uma pequena diferença temporal relativamente ao prazo habitual, sem relevância substancial. Explicou igualmente que os documentos relativos aos diversos pontos da ordem de trabalhos não têm necessariamente de acompanhar a convocatória. Explicou que o essencial é que a convocatória seja enviada dentro do prazo legal 8 dias antes, os documentos que irão ser apreciados na reunião, podem ser enviados 48 horas antes, permitindo que os membros da Assembleia possam conhecer antecipadamente os temas a discutir na reunião. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara, António Cesar Figueiredo.** ----------

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo,** cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os membros da Mesa, o Executivo Municipal, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta e o digníssimo público presente, e começou por se referir à troca de intervenções ocorrida entre o Deputado Hermínio e o Presidente da Junta da

Coriscada. Referiu que o Presidente Adelino Bandeira exerce funções autárquicas há poucos meses "tantos como eu" e recordou que a situação relacionada com o Centro Interpretativo da Coriscada se arrasta há várias décadas. Considerou que a Câmara Municipal deveria assumir um papel de mediação e de aproximação entre as diferentes partes envolvidas, por forma a contribuir para uma solução que correspondesse às expectativas da Junta de Freguesia e da Associação local, resultando em benefícios para a Freguesia da Coriscada e para todo o concelho. Defendeu que não se deve desperdiçar nem desvalorizar o património herdado, considerando que o equipamento existente na Coriscada possui valor próprio, à semelhança de outros elementos identitários do concelho, como o Homem Macaco, a Aldeia Histórica de Marialva ou as Termas de Longroiva. Acrescentou que todas as localidades possuem património e que o importante é garantir a sua valorização. Considerou incompreensível que, passados cerca de vinte anos, aquele espaço ainda não estivesse a ser plenamente utilizado em benefício da população da Coriscada, do concelho, da região e do próprio país. Prosseguindo, referiu-se aos temas anteriormente abordados pelo Deputado Marco Saldanha, afirmando que aprecia as suas intervenções pela forma objetiva como expõe as suas posições, apesar de existirem algumas divergências de opinião. Relativamente à questão da agricultura, concordou que esta desempenha um papel determinante na atração de população e no desenvolvimento económico do território, mas salientou que a agricultura moderna está hoje profundamente ligada à inovação e à tecnologia. Defendeu que as atividades agrícolas atuais, desde a plantação da vinha aos sistemas de rega, incorporam elevados níveis de conhecimento técnico e inovação, constituindo um dos setores mais evoluídos da economia nacional. Acrescentou que o concelho dispõe atualmente de técnicos altamente qualificados, nomeadamente nas áreas da viticultura e da enologia, cujo trabalho tem contribuído para a valorização dos produtos locais, em especial do vinho, reforçando o seu impacto económico e a sua projeção no mercado. Afirmou que acredita fortemente no potencial dos territórios do interior para gerar riqueza e desenvolvimento. Considerou, contudo, que a criação de riqueza sustentável não se alcança apenas através de medidas pontuais ou isoladas da Câmara Municipal, nem através da resolução de situações individuais, mas sim através de estratégias mais amplas capazes de produzir efeitos duradouros para todo o concelho. Referiu que não era contra a atribuição de apoios diretos a médicos ou a casais que optem por se fixar no concelho. Nesse sentido, informou que o município estava a preparar um conjunto de medidas destinadas a jovens casais, prevendo a isenção de IMI e de algumas taxas municipais para quem construa habitação no concelho da Mêda, tanto na sede do concelho como, nas Freguesias, beneficiem igualmente de apoio direto da Câmara Municipal. Relativamente à questão dos médicos, afirmou que não concordava com a lógica de competição entre municípios através de leilões financeiros para atrair profissionais de saúde. Considerou, contudo, legítimo apoiar os médicos através de outras formas, nomeadamente ao nível da habitação, referindo que o município já o fazia atualmente. Explicou que os médicos colocados na Unidade de Saúde Familiar dispõem de alojamento disponibilizado pela Câmara Municipal, num edifício situado junto ao Parque Municipal. Defendeu que esta matéria exige uma estratégia nacional, de forma a evitar o agravamento das desigualdades entre o interior e o litoral. Recordou que, há algumas décadas, muitos médicos iniciavam a sua atividade profissional no interior do país, situação que contribuiu para a fixação de vários profissionais nestes territórios, apontando como exemplo o caso do Dr. Vieira. Acrescentou que o Serviço Nacional de Saúde enfrenta atualmente novos desafios e que necessita de se adaptar às exigências da sociedade atual, destacando a importância da proximidade dos cuidados de saúde. Considerou que essa proximidade não está atualmente assegurada da forma desejável. Referiu ainda que as dificuldades de fixação de população não se limitam à Mêda, verificando-se igualmente em cidades como a Guarda. Acrescentou que muitos jovens casais ponderam atualmente emigrar

para outros países, atraídos por melhores condições salariais e oportunidades profissionais, o que constitui um desafio acrescido para os territórios do interior. Reconheceu que existem várias perspetivas sobre as soluções a adotar, incluindo questões relacionadas com o acesso ao ensino superior e à formação médica, mas considerou que compete aos municípios procurar responder às dificuldades existentes através dos instrumentos que têm ao seu dispor. Relativamente à incubadora de empresas, informou que o município se preparava para lançar um concurso público para a concretização do projeto. Referiu que o processo transitou de mandatos anteriores e que a respetiva linha de financiamento tinha aberto recentemente no âmbito dos ITI. Manifestou a expectativa de que surjam concorrentes interessados, reconhecendo, contudo, que uma das dificuldades atuais passa pela falta de capacidade de execução das empresas, o que leva frequentemente a que alguns concursos públicos fiquem desertos. Quanto à questão dos multibancos, referiu que já tinha conhecimento da iniciativa da Junta de Freguesia da Coriscada, bem como do interesse manifestado por outras juntas de Freguesia relativamente a esta matéria. Garantiu que a Câmara Municipal estaria disponível para colaborar dentro das suas competências, apoiando as Freguesias na concretização destas iniciativas. Concordou com a observação anteriormente efetuada sobre a necessidade de disponibilizar um multibanco em locais de forte afluência turística, referindo o caso de Marialva. Salientou que muitos dos vendedores presentes na zona histórica realizam vendas em numerário, pelo que a existência de um multibanco nas proximidades constitui um serviço importante para visitantes, comerciantes e produtores locais. Relativamente à questão dos outdoors levantada pelo Deputado Cláudio Rebelo, recordou que, na reunião anterior, se tinha comprometido a elaborar um regulamento e a solicitar aos serviços de fiscalização um levantamento da situação existente. Referiu não dispor, naquele momento, de informação atualizada sobre o estado do processo, não querendo por isso avançar com especulações. Comprometeu-se a apresentar informação mais concreta na próxima sessão da Assembleia Municipal. Quanto à questão do Homem Macaco, informou que o município tinha estabelecido contactos com os responsáveis pelo programa que abordou o tema, tendo sido endereçado um convite para que viessem à Mêda realizar uma emissão do programa "Vamos todos morrer". Considerou que se trata de um elemento com relevância para o concelho e que deve ser valorizado e aproveitado como fator de promoção do território. Relativamente à realização da tourada, referiu que o assunto gerou um elevado volume de reações, recebendo diariamente centenas de mensagens, tanto favoráveis como desfavoráveis à iniciativa. Relatou ainda um contacto efetuado por uma jornalista de Lisboa, que o questionou sobre a realização do evento e sobre os custos associados. Referiu ter aproveitado essa conversa para chamar a atenção para outros problemas que afetam o concelho, como a falta de médicos, a escassez de professores e a situação do tribunal, considerando que essas deveriam ser preocupações prioritárias. Acrescentou que a jornalista demonstrou desconhecimento sobre a localização e a realidade do concelho da Mêda, considerando que a polémica em torno da tourada acabou por contribuir para dar visibilidade ao território. Defendeu que a iniciativa era legal e que, numa sociedade democrática, é natural existirem opiniões divergentes sobre determinadas matérias. Referiu que respeita as pessoas que são contra as touradas, mas defendeu igualmente o direito de promover iniciativas que considera benéficas para o concelho. Considerou que os eventos realizados na Mêda não devem limitar-se apenas às tradições locais, podendo também trazer e divulgar tradições de outras regiões do país. Neste contexto, afirmou que a tauromaquia faz parte da cultura portuguesa, tal como outras manifestações culturais existentes noutras regiões. Sublinhou que ninguém foi obrigado a assistir ao espetáculo e que cada cidadão teve liberdade para decidir se queria ou não participar. Acrescentou que a iniciativa permitiu atrair visitantes ao concelho, estimando que mais de metade das pessoas presentes fossem oriundas de fora da Mêda. Considerou, por isso, que o evento contribuiu para a promoção do território e para a sua

divulgação junto de novos públicos. Concluiu este tema reiterando que aceita a existência de opiniões divergentes e que respeita quem não partilha da mesma visão, mas defendeu igualmente que deve existir respeito pelas decisões tomadas e pelas iniciativas promovidas no âmbito das competências municipais, desde que enquadradas na legalidade. De seguida dirigiu-se à intervenção da Deputada Luísa Junqueiro, relativamente à questão da toponímia e dos números de polícia, recordou que já tinha referido em anteriores sessões que o compromisso do Executivo passava por concluir este processo até ao final do ano. Esclareceu que o trabalho técnico já tinha sido realizado por uma empresa especializada e que o município se encontrava em condições de avançar para a fase final de aprovação e posterior colocação dos números de polícia no terreno. Acrescentou que, tratando-se da primeira intervenção da Deputada sobre esta matéria, poderia não ter conhecimento das informações anteriormente prestadas à Assembleia, mas reafirmou que o compromisso assumido se mantinha. Relativamente às informações alegadamente transmitidas pelos CTT, manifestou preocupação com o teor dessas declarações e afirmou que gostaria de saber quem as tinha proferido. Referiu que uma das dificuldades sentidas nos últimos anos resultou precisamente da substituição dos carteiros que conheciam bem o território por trabalhadores provenientes de outras zonas, situação que, na sua opinião, contribuiu para agravar os problemas na distribuição de correspondência. Explicou que, anteriormente, os distribuidores conheciam as pessoas e as habitações independentemente da existência de número de polícia, conseguindo identificar facilmente os destinatários. Considerou que essa proximidade se perdeu com a reorganização efetuada pelos CTT, o que tornou ainda mais evidente a necessidade de concluir o processo de toponímia e numeração das habitações. Referiu que a questão da toponímia e dos números de polícia constitui uma lacuna que existe há muitos anos e que nunca chegou a ser resolvida. Reafirmou o compromisso de que, até ao final do ano, os números de polícia estariam colocados e o assunto resolvido. Acrescentou que, depois dessa fase, poderão surgir correções pontuais ou ajustamentos, mas o objetivo é que a questão deixe definitivamente de ser um problema para a população. Relativamente ao Bairro do Barrocal, informou que o concurso já tinha sido lançado por duas vezes e que seria lançado uma terceira vez, agora com uma dotação próxima dos dois milhões de euros. Manifestou a expectativa de que surjam interessados na execução da obra. Quanto à sinalização vertical e horizontal, recordou que já tinha referido na reunião anterior que existe o compromisso de, durante o verão, proceder à sua renovação nas áreas afetadas pelos incêndios. Explicou que, para esse efeito, o município apresentou uma candidatura no final do ano anterior, que foi aprovada com um financiamento de cerca de 782 mil euros, destinado à marcação de estradas, substituição de sinalização e estabilização de taludes. Acrescentou que foram também executados cerca de cinquenta quilómetros de recuperação da rede viária florestal em diversas freguesias, no âmbito das intervenções de prevenção e combate aos incêndios. Reconheceu que seria desejável realizar uma intervenção mais abrangente, mas salientou que os trabalhos incidiram apenas nas áreas afetadas pelos incêndios do ano anterior, razão pela qual algumas Freguesias ficaram excluídas da candidatura. Relativamente à estrada dos Cancelos a Areola, referiu que a intervenção foi realizada através de uma candidatura relacionada com os danos provocados pelas intempéries de 2022 e 2023, contando com financiamento estatal. Explicou que o projeto, a fiscalização e a execução da obra foram assegurados por entidades externas contratadas para esse efeito. Informou que estava em curso o apuramento das causas do colapso registado naquela infraestrutura, procurando determinar se a situação resultou de fenómenos climatéricos ou de eventuais deficiências na execução da obra. Esclareceu que, caso se conclua que existiram falhas na construção, a responsabilidade deverá ser imputada ao empreiteiro. Caso contrário, se a causa for atribuída às intempéries, o município terá de recorrer aos mecanismos de apoio disponíveis para este tipo de situações. Acrescentou que espera que esta questão fique esclarecida ainda

durante o presente ano. Quanto ao muro de Poço do Canto, informou que, após a última reunião, falou com a Senhora Presidente da Junta de Freguesia, tendo sido informado de que já existia uma candidatura aprovada pela CCDR para a execução do muro. Referiu ainda que se encontravam a ser desenvolvidos contactos para contratação da empreitada necessária à execução dos trabalhos. Sobre o evento da leitura, considerou que alguns aspetos poderão ser melhorados em futuras edições, mas defendeu a importância de continuar a promover iniciativas culturais e de dar espaço à cultura no concelho. Relativamente à rotunda de Longroiva, esclareceu que o conceito associado à intervenção representa a transição entre o xisto e o granito, estando ainda prevista a colocação de elementos complementares em ferro fundido. Acrescentou que a execução da obra resultou essencialmente do trabalho dos técnicos e funcionários municipais, entendendo que o resultado obtido merece reconhecimento e valorização. Quanto à proposta de diferenciação do IMI para imóveis devolutos, referiu que a informação jurídica de que dispõe aponta para a impossibilidade de aplicar esse mecanismo nos moldes sugeridos. Ainda assim, informou que está a ser preparada uma proposta destinada a apoiar jovens casais que procedam à construção ou reabilitação de habitação própria no concelho, através da atribuição de isenções de IMI durante um determinado período. Acrescentou que o documento se encontra em preparação e que espera vê-lo concluído ainda durante o presente ano. Relativamente às casas devolutas e aos terrenos abandonados, recordou que foi aprovado, no mandato anterior, um regulamento que permite ao município intervir quando os proprietários não procedem à limpeza dos seus imóveis. Explicou que, após notificação e decorrido o prazo legal, a Câmara pode executar os trabalhos de limpeza e posteriormente cobrar os respetivos custos aos proprietários através dos mecanismos legais existentes. Informou que este regulamento já se encontra em aplicação, embora não dispusesse naquele momento dos números concretos relativos às intervenções realizadas. ----------

•Relatório Anual da Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (previstos no artigo 6.º Nº 4 do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, na sua atual redação) – Para conhecimento; ----------

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo,** para explicar o ponto. ----------

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo,** Relativamente a este ponto, esclareceu que o mesmo era apresentado apenas para conhecimento. Referiu que a matéria se encontrava sob o pelouro da Senhora Vereadora responsável, a qual, por motivos já conhecidos, não pôde estar presente na sessão. Informou que solicitou previamente esclarecimentos ao relator sobre o conteúdo do relatório, tendo-lhe sido explicado que se trata de um documento elaborado no âmbito da implementação do Regime Geral de Prevenção da Corrupção, em cumprimento das obrigações legais em vigor. Acrescentou que o relatório foi oportunamente remetido ao MENAC, não tendo sido formulada qualquer observação ou reparo ao seu conteúdo. Explicou ainda que o município está a desenvolver este processo através da Associação Douro Superior, da qual fazem parte oito municípios, recorrendo ao apoio de uma entidade prestadora de serviços especializada na implementação deste regime. Informou que está prevista para o mês de setembro a realização de ações de formação dirigidas a todos os trabalhadores do município, com o objetivo de assegurar o conhecimento e a correta aplicação das normas relativas à prevenção da corrupção. Referiu que esta matéria já tinha sido abordada e discutida em anteriores mandatos e que o processo se encontra atualmente em fase de implementação. Concluiu esclarecendo que o ponto não se destinava a votação, encontrando-se apenas para conhecimento dos membros da Assembleia, e acrescentou que, não sendo

especialista na matéria, procuraria responder às questões que lhe fossem colocadas e, caso não dispusesse da informação necessária naquele momento, comprometeu-se a obter os esclarecimentos adequados e a transmiti-los posteriormente. ----------

Seguidamente o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, abriu o período de inscrições, tendo sido registado uma solicitação para uso da palavra: Óscar Sampaio. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Deputado Óscar Sampaio.

Tomou da palavra o **Sr. Deputado Óscar Sampaio,** começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, a respetiva Mesa, cumprimentou igualmente o Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, fazendo uma referência especial aos Deputados eleitos pelo Partido Socialista, aos restantes colegas Deputados Municipais, aos Senhores Presidentes de Junta e ao público presente. Referiu que faria apenas um pequeno enquadramento inicial. Recordou que o Senhor Presidente conhece bem o percurso político e que é tudo menos inexperiente, referindo que iniciou a sua atividade política em 2009 onde exerceu funções de Presidente de Junta de Mêda e que participou ativamente na oposição política desenvolvida na altura, foi depois Vice-Presidente e que é agora Presidente. Entrando no assunto, afirmou que se fala muito de corrupção e que há muita gente que enche a boca com esse tema. Considerou que se trata de um assunto da maior relevância, não porque se considere que todos sejam corruptos, mas porque cada vez que surge um caso ou uma suspeita "uma mancha", isso alastra e acaba por causar danos a todos. Referiu que aquele relatório surge precisamente nesse contexto. Acrescentou também que não é jurista, mas apenas um político, um mero medense. Explicou que existem mecanismos legais para prevenir estas situações e que a legislação entretanto aprovada veio precisamente criar esses mecanismos. Recordou que, em 30 de agosto de 2024, foi publicada a regulamentação aplicável e que, até 30 de maio, era obrigatória a apresentação do respetivo relatório. Reconheceu que o relatório foi apresentado e agradeceu esse facto. No entanto, afirmou que, enquanto oposição, gostaria de ter mais trabalho e não ver esse trabalho facilitado daquela forma. Referiu que o próprio documento indica que o município não dispõe, à data da elaboração do relatório, de informação sistematizada, evidências documentais ou reporte interno suficiente que permitam confirmar a execução dos mecanismos. Acrescentou que, olhando para o documento, a taxa de execução apresentada é de 0%, voltado a referir "0%" pelo que considerou tratar-se de um assunto demasiado sério para ser tratado dessa forma. Referiu que tinha optado por não abordar outros temas na sua intervenção precisamente por considerar esta matéria particularmente relevante. Questionou qual tinha sido, afinal, o trabalho desenvolvido pelo município nesta área e afirmou sentir alguma perplexidade perante as justificações apresentadas e em tom de ironia diz "mas como não sou jurista fico abalado". Referiu que o relatório aponta como possível explicação o facto de o município ter atravessado, durante o ano de 2025, um período de reorganização dos serviços municipais. Acrescentou que teve dificuldade em encontrar alguns documentos no sítio institucional do município, nomeadamente o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Mêda, publicado em 14 de abril de 2025. Referiu que esse regulamento existe, que a estrutura orgânica municipal está definida e que existem responsáveis pelos diversos departamentos, considerando por isso insuficiente a justificação apresentada para explicar a ausência de trabalho realizado nesta matéria. Observou ainda que o relatório identifica áreas consideradas fundamentais, como a contratação pública, o urbanismo, o licenciamento e a fiscalização, mas que, segundo o próprio documento, não foi executada qualquer medida relevante nesses domínios. Chamou igualmente a atenção para o facto de o relatório indicar como previsão de plena implementação a data de 31 de maio de 2026, data que já tinha sido

ultrapassada. Considerou, por isso, legítimo questionar se essa implementação foi ou não concretizada e pediu esclarecimentos sobre o estado atual do processo. Concluiu afirmando que assuntos desta natureza exigem um tratamento mais rigoroso e responsável. Reiterou que não partilha da ideia de que os portugueses ou os servidores públicos sejam, em geral, pessoas serias, defendendo antes que a grande maioria exerce as suas funções com seriedade. Contudo, salientou que basta surgir um caso menos transparente para que a imagem de todos fique manchada, razão pela qual considerou essencial cumprir escrupulosamente os normativos legais e dar a esta matéria a atenção que merece. Por fim agradeceu. ----------

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo,** referiu que, pelo facto de a Senhora Vereadora não estar presente, não poderiam ser prestados todos os esclarecimentos técnicos sobre a matéria, mas que nem por isso deixa de ter importância. Afirmou que a intervenção do Deputado Óscar Sampaio foi feita de uma forma construtiva e que aprecia esse tipo de abordagem porque a considera genuína e "pura" e vinda da convicção de quem fala. Acrescentou que entende que a política deve ser feita dessa forma, de maneira direta e transparente, e não através de discursos que procuram apenas chegar a determinados objetivos, mas que depois acabam por perder substância. Referiu que percebeu as dúvidas colocadas relativamente aos aspetos técnicos e aos prazos associados ao processo. Explicou que, de acordo com a informação de que dispunha, a lei foi comunicada em 9 de dezembro de 2021 e entrou em vigor a 7 de junho de 2022, enquadrando o processo relativo ao Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. Acrescentou que existiu uma discussão inicial sobre a possibilidade de cada município desenvolver este trabalho individualmente ou de forma articulada com outros municípios. Considerou que a solução conjunta permitia ganhar escala e contratar apoio técnico especializado em condições mais vantajosas do que se cada município avançasse isoladamente. Explicou que foi nesse contexto que os municípios integrados na Associação Douro Superior optaram por desenvolver o processo em conjunto, encontrando-se todos numa situação semelhante relativamente à implementação deste mecanismo. Referiu que este regime abrange áreas como a contratação pública, as empreitadas, o licenciamento urbanístico, a atribuição de subsídios e apoios às associações locais, a gestão de recursos humanos e a gestão patrimonial e de inventário. Acrescentou que, nestas matérias, a transparência é fundamental e recordou uma expressão que costuma utilizar frequentemente: "que à mulher de César não basta ser séria, tem também de parecer ". Considerou que esta é ainda uma fase inicial da implementação do mecanismo e manifestou a expectativa de que muitas das dúvidas colocadas possam ser ultrapassadas com o decorrer dos próximos meses e ao longo do mandato. Concluiu referindo que, possui experiência de vida e entende que a verdadeira experiência política não resulta apenas dos anos passados em cargos públicos. Defendeu que aquilo que realmente dá experiência a um político é o trabalho que realiza na vida, nas instituições que representa e nas responsabilidades que assume ao longo do seu percurso. ----------

•**Nova Identidade gráfica do Município – Para conhecimento;** ----------

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo,** referiu que esta foi uma matéria que assumiu como compromisso na tomada de posse, realizada a 3 de novembro de 2025, e que voltou a abordar em várias reuniões da Assembleia Municipal. Esclareceu que a apresentação que iria ser feita tinha caráter informativo e não estava sujeita a votação. Acrescentou que se trata de uma decisão da competência da Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores. Explicou que o assunto foi previamente discutido em reunião de Câmara, tendo existido uma primeira fase de discussão e uma aprovação depois. Sublinhou que aquilo que estava em causa não era a criação de um logótipo, mas sim uma forma

de comunicação. Referiu que, dentro da CIM, composta por quinze municípios, a Mêda era o único concelho que ainda não dispunha desta ferramenta de comunicação integrada. Acrescentou que não se trata apenas de um símbolo gráfico, mas da forma como o município comunica, promove a sua imagem e apresenta a sua identidade visual. Referiu que esta nova identidade passará a estar presente nos veículos municipais, nos materiais promocionais, nos suportes institucionais, na correspondência eletrónica e em toda a comunicação oficial do município. Informou que a empresa GloryBox foi contratada há cerca de quatro meses para desenvolver este trabalho. Referiu que foram realizadas apresentações, discussões e ajustamentos ao longo do processo, encontrando-se agora definida a solução que será implementada. Acrescentou que não quis que esta nova identidade visual fosse implementada sem que a Assembleia tivesse conhecimento. Considerou importante que os membros da Assembleia fossem informados antes de começarem a surgir os novos elementos de comunicação pública do município. Informou que, a partir do fim do mês, toda a comunicação institucional do município, incluindo merchandising, materiais promocionais, suportes gráficos, correio eletrónico e restantes meios de divulgação, passaria a utilizar esta nova identidade visual. Concluiu referindo que o documento não está sujeito a votação e que a sua implementação irá avançar. Acrescentou, no entanto, que, caso sejam identificadas lacunas ou necessidades de ajustamento nos próximos meses, poderão ser introduzidas alterações futuras. ----------

Neste momento foi apresentada a nova Identidade Gráfica do Município pela empresa Glorybox;

Seguidamente o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** abriu o período de inscrições, tendo sido registado cinco solicitações para uso da palavra: Herminio Albino, Cláudio Heitor Rebelo, Filipa Silva, Marco Saldanha e Nelson Gonçalves. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Deputado Hermínio Albino.

Usou da palavra o **Deputado Herminio Albino,** agradeceu ao Senhor Paulo a apresentação realizada, referindo ter gostado imenso da ideia. Dirigiu ainda os parabéns ao Senhor Presidente pela implementação da mesma, considerando-a uma medida positiva. A título de curiosidade, mencionou que, na escola onde exerce funções como diretor dos cursos do 10.º, 11.º e 12.º anos, quando necessita de soletrar a letra "M", surge frequentemente alguma confusão entre as letras "M" e "N". Nesse contexto, afirmou que utiliza a expressão "M de Mêda", prática que já adota regularmente. Referiu ainda que os seus colegas e amigos costumam brincar consigo utilizando a expressão "Vai à Mêda", considerando que essa formulação constitui um slogan forte e com potencial de afirmação. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Deputado Cláudio Heitor Rebelo. ----------

Usou da palavra o **Deputado Cláudio Heitor Rebelo**, que começou por felicitar o responsável pela apresentação, manifestando apreço pelo trabalho realizado. Referiu ter gostado da apresentação e considerou que, quando existe um caminho bem definido, não há motivo para críticas. Contudo, salientou que já existia anteriormente um plano de comunicação e uma imagem gráfica concebida para aplicação nos diversos suportes institucionais. Recordou que, no mandato anterior, foi tomada uma decisão política de romper com a imagem e os instrumentos de comunicação então existentes, entendendo que esse facto não deveria ser ignorado. Por fim, reconheceu a experiência e competência da equipa responsável na área da comunicação, sublinhando que o próprio Município não dispõe internamente desse conhecimento especializado. Nesse sentido, apresentou os seus parabéns pelo trabalho desenvolvido. Referiu que ainda nesse dia tinha abordado a questão da comunicação. Recordou que, em diversas

intervenções anteriores, tinha chamado a atenção para a inexistência de uma uniformidade na comunicação, salientando que, por vezes, era utilizada uma versão do logótipo e, noutras ocasiões, uma diferente. Acrescentou que essa situação era particularmente evidente no âmbito da Comunidade Intermunicipal, onde, na sua opinião, era notório que o Município de Mêda não utilizava de forma consistente o logotipo. Concluiu afirmando que essa realidade resultara de uma opção política tomada à época, sublinhando que o referido logótipo e os respetivos instrumentos de comunicação já existiam, embora a matéria pudesse não reunir consenso, entendia que a mesma deveria ter sido objeto de discussão naquele contexto. Relativamente ao slogan "Vai à Mêda", recordou uma observação que tinha feito anteriormente, reconhecendo que algumas pessoas poderiam interpretar a expressão de forma depreciativa ou associá-la a outros significados. No entanto, afirmou preferir que a expressão permitisse identificar e localizar o concelho de Mêda, em vez de continuar a ser necessário explicar a sua localização por referência a outros concelhos ou territórios vizinhos, como Foz Côa. Manifestou, por isso, o seu apreço pelo trabalho apresentado, endereçando os seus parabéns aos responsáveis. Considerou particularmente positiva a abordagem abrangente adotada ao nível da comunicação, destacando as componentes relacionadas com o merchandising, o turismo e a promoção do território em geral. Concluiu afirmando ter gostado do que lhe foi apresentado e expressou o desejo de que, no futuro, exista um esforço coletivo no sentido de consolidar uma identidade própria para o concelho. Nesse contexto, concordou com as palavras do Senhor Presidente, defendendo que todos devem contribuir para a afirmação da nossa própria identidade. ----------

Umeida

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** deu a palavra a Deputada Filipa Amado.

Usou da palavra a **Deputada Filipa Amado,** começou por felicitar os responsáveis pela apresentação da nova identidade gráfica, considerando que a comunicação constitui uma das ferramentas mais importantes. De seguida, colocou uma questão relativamente ao futuro da gestão da comunicação, perguntando se as redes sociais do Município também passariam a ser geridas pela empresa responsável pelo projeto apresentado. Sublinhou, a importância das redes sociais na atualidade, referindo que estas representam um dos principais meios de comunicação utilizados pela população. Nesse sentido, defendeu que a comunicação institucional deve manter uma linha gráfica e estratégica coerente e uniforme em todos os canais, não apenas no sítio oficial do Município, mas também nas diversas plataformas de redes sociais. Concluiu salientando que, a consistência da comunicação é fundamental para reforçar a identidade e garantir uma imagem clara. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** deu a palavra ao Deputado Marco Saldanha.

Usou da palavra o **Deputado Marco Saldanha,** começou por dirigir os seus parabéns ao Senhor Presidente e à empresa responsável pela apresentação efetuada. Referiu que quem acompanhava atentamente a atividade municipal já tinha conhecimento da contratação de uma empresa para desenvolver este trabalho, pelo que esperava que fosse apresentada uma estratégia de comunicação estruturada e uma linha orientadora nesse sentido, considerou assim que a empresa estava de parabéns pelo trabalho realizado. Acrescentou que, independentemente das opiniões que pudessem existir relativamente ao logótipo ou à imagem apresentada, haveria sempre quem concordasse e quem discordasse, tal como acontece noutras matérias de debate público. Contudo, salientou que, para além da componente gráfica, o mais relevante era a existência de uma estratégia de comunicação clara e coerente, entendendo que essa orientação ficou devidamente evidenciada na apresentação. Referiu que a necessidade de definir uma linha estratégica de comunicação para o Município tinha sido uma preocupação que defendeu ao longo dos últimos quatro anos, juntamente com o membro Cláudio Heitor Rebelo,

considerando positivo que esse objetivo estivesse agora a ser concretizado. Referiu que, independentemente da opinião que cada um pudesse ter sobre a estratégia de comunicação ou sobre o logótipo anteriormente utilizado, considerava que o período durante o qual o Município permaneceu sem uma linha de comunicação estruturada foi excessivamente longo. Manifestou ainda algumas reticencias relativamente ao slogan "Vai à Mêda", questionando, se a expressão se encontraria registada pela Associação Mêda+, observando que, na sua perspetiva, em tom irónico expressou que existe atualmente alguma proximidade entre a Associação e o Chefe de Gabinete do Município. Acrescentou, contudo, que presumivelmente não existiria qualquer impedimento ou problema relacionado com a utilização da expressão por parte do Município. Apesar dessa observação, considerou que a estratégia apresentada representa uma aposta forte e ambiciosa. Referiu que, quer a inspiração tenha origem no trabalho desenvolvido pela Mêda+, quer resulte da proposta apresentada pela empresa responsável pelo projeto, o importante é manter uma comunicação ousada, moderna e capaz de promover eficazmente o território. Concluiu defendendo que o objetivo deve passar por atrair pessoas a Mêda, seja através das iniciativas promovidas pela Associação Mêda+, seja através das ações desenvolvidas pelo próprio Município, considerando que essa deverá ser a linha orientadora da estratégia de comunicação futura. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** deu a palavra ao Sr. Presidente da Prova e Casteição Nelson Gonçalves. ----------

Usou da palavra o **Sr. Presidente da União de Freguesia de Prova e Casteição, Nelson Gonçalves,** cumprimentou os presentes e, retomando uma observação anteriormente feita pelo Senhor Paulo, referiu que todos deveriam remar no mesmo sentido para que a estratégia de comunicação agora apresentada pudesse alcançar os objetivos pretendidos. Nesse contexto, manifestou o entendimento de que este processo não deveria limitar-se apenas ao Município, defendendo que a nova identidade e a estratégia de comunicação deveria ser alargada às Juntas de Freguesia do concelho. ----------

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo,** e relativamente à questão colocada ao envolvimento das Freguesias, o Senhor Presidente referiu que a comunicação do concelho deve ser entendida como um projeto coletivo, abrangendo todo o território e não apenas o Município. Esclareceu que não está prevista a criação de estratégias de comunicação diferenciadas para cada uma das Freguesias, defendendo que a identidade apresentada deve constituir a imagem comum de todo o concelho. Acrescentou que não fazia sentido encarar esta estratégia como algo exclusivo da Câmara Municipal, uma vez que o seu propósito é representar e promover o concelho no seu conjunto. Referiu ainda que a proposta apresentada vai além da mera criação de um logótipo, constituindo uma nova forma de comunicar e de afirmar a identidade do território. Defendeu que este processo deve ser conduzido de forma transparente e objetiva, acompanhando a evolução das necessidades e desafios futuros. Nesse contexto, manifestou a convicção de que a estratégia deverá ser continuamente aperfeiçoada e adaptada ao longo do tempo, considerando que a comunicação exige uma permanente capacidade de renovação e atualização. Sublinhou igualmente que a identidade agora apresentada deverá ser aplicada de forma transversal a todas as áreas de atuação do concelho, abrangendo equipamentos, serviços, espaços públicos, obras, iniciativas culturais e demais intervenções promovidas no território, de forma a assegurar uma imagem coerente e integrada. Relativamente às redes sociais, esclareceu que também existe uma estratégia de comunicação digital, a qual prevê a utilização da nova identidade gráfica como elemento central da comunicação institucional. Concluiu afirmando que a imagem gráfica apresentada passa a constituir a imagem

oficial e a principal forma de comunicação do concelho, reforçando que a estratégia pretende acolher todos os públicos e promover Mêda de forma inclusiva, independentemente dos diferentes interesses ou sensibilidades de cada pessoa. ----------

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** informou que se encontrava concluído o Período de Antes da Ordem do Dia, passando-se ao Período da Ordem do Dia. ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: ----------

Ponto 1º - Apreciação da Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea c) do artigo 25° do anexo I a que se refere o n° 2 do artigo 1° da lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; ----------

De seguida foi aberto o período destinado a pedidos de esclarecimento, tendo-se inscrito os seguintes intervenientes: Hermínio Albino, Óscar Sampaio, Marco Saldanha. ----------

Usou da palavra o **Deputado Hermínio Albino,** manifestou que tinha analisado com atenção a informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara e que pretendia colocar um conjunto de questões para posterior esclarecimento. Começou por referir a presença do Senhor Presidente, no dia 28 de abril, na apresentação do PTRR/PRR Português, realizada em Lisboa, solicitando esclarecimentos sobre os assuntos abordados nessa sessão e sobre as eventuais vantagens ou oportunidades que poderão resultar para o concelho de Mêda. De seguida, reportou-se à participação do Senhor Presidente, no dia 15 de maio, em Figueira de Castelo Rodrigo, numa reunião relacionada com o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, na presença do Secretário de Estado da Proteção Civil, Rui Rocha. Nesse âmbito, solicitou informações sobre os temas discutidos, as medidas previstas e os benefícios que poderão resultar para o concelho, recordou ter observado, algumas semanas antes, um foco de incêndio junto ao IP2, na zona da saída para Marialva, situação que foi prontamente controlada. Aproveitou para voltar a alertar para a necessidade de reforçar as medidas de prevenção na área das Freguesias da Barreira e Coriscada, considerando que a acumulação de vegetação seca e pastagens aumenta o risco de ocorrência de incêndios. Seguidamente referiu-se à reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, realizada no dia 28 de maio, solicitou igualmente esclarecimentos sobre os assuntos tratados e as decisões tomadas. Nesse contexto, pediu informações adicionais relativamente à criação de duas charcas integradas na rede municipal de pontos de água, questionando a sua localização e a forma como o projeto será concretizado. Ainda sobre a temática da proteção civil, chamou a atenção para a necessidade de disponibilizar viaturas todo-o-terreno equipadas com kits motobomba para todas as Freguesias do concelho, questionando para quando está prevista a concretização dessa medida, que considerou de grande importância para a primeira intervenção em caso de incêndio. Prosseguindo, referiu o Despacho n.º 221/2026, datado de 8 de junho, relativo à incumbência para levantamento histórico e fundamentação do feriado municipal, solicitando esclarecimentos sobre o trabalho que está a ser desenvolvido nesse âmbito e os objetivos pretendidos. Relativamente à escritura pública dos armazéns da Viúva Carneiro, celebrada em 11 de junho, começou por felicitar o Executivo pela concretização do processo e questionou quais os passos seguintes, nomeadamente se estão previstas intervenções de reabilitação e se o destino a dar ao imóvel corresponde ao que havia sido anteriormente apresentado. Referiu a participação do Município na Feira Nacional de Agricultura, em Santarém, no dia 13 de junho, solicitando esclarecimentos sobre os resultados dessa presença, as ações desenvolvidas e as vantagens que poderão advir para a promoção do concelho de Mêda, questionando ainda se a participação permitiu captar visitantes e potenciais interessados em conhecer o território. De seguida, abordou uma questão

relacionada com a área da Proteção Civil, nomeadamente o pagamento dos apoios atribuídos aos agricultores no âmbito das medidas de mitigação dos incêndios rurais, referindo o montante global de 3.707.202 euros. Sobre esta matéria, alertou para aquilo que considera ser uma situação preocupante, referindo que, apesar dos apoios terem sido atribuídos aos agricultores, estes poderão vir a ser sujeitos a tributação de IRS. Acrescentou que, segundo as informações de que dispõe, os montantes não reinvestidos dentro dos prazos legalmente estabelecidos poderão igualmente ser objeto de tributação, circunstância que considerou penalizadora para os beneficiários. Manifestou a sua surpresa e discordância perante esta situação, afirmando ter ficado particularmente impressionado ao tomar conhecimento da mesma. A esse propósito, estabeleceu uma comparação com outras situações em que determinadas compensações ou indemnizações foram objeto de regimes de isenção fiscal, entendendo que deveria existir idêntica sensibilidade relativamente aos apoios concedidos aos agricultores afetados pelos incêndios. Sublinhou que, na sua opinião, os prejuízos sofridos pelos agricultores do concelho e da região em consequência dos incêndios foram de tal dimensão que os apoios agora atribuídos, mesmo que fossem pagos durante 10 anos consecutivos, dificilmente compensariam integralmente as perdas registadas e os impactos sofridos pelo setor agrícola, pois os apoios atribuídos aos agricultores afetados pelos incêndios, com os prejuízos provocados pela destruição de olivais e amendoais não podem ser compensados num curto espaço de tempo. Manifestou ainda a sua discordância relativamente ao enquadramento fiscal destes apoios, entendendo que não faz sentido que verbas atribuídas com o objetivo de mitigar prejuízos venham posteriormente a ser sujeitas a tributação. Considerou que essa situação representa uma penalização adicional para agricultores que já foram fortemente afetados pelos incêndios. Acrescentou que muitos proprietários têm vindo a recuperar as suas explorações através do seu próprio esforço, recorrendo aos seus meios, equipamentos e ao apoio de familiares e amigos, realizando trabalhos de limpeza, desmatação e recuperação das árvores sem qualquer compensação por esse trabalho. Nesse contexto, considerou injusto que os apoios recebidos possam vir a ser objeto de tributação, entendendo que tal representa um agravamento das dificuldades enfrentadas pelo setor agrícola. Manifestou, por isso, a sua indignação relativamente a esta situação e apelou ao Senhor Presidente da Câmara para que sensibilize as entidades competentes para esta realidade, defendendo os interesses dos agricultores do concelho junto dos organismos responsáveis. Referiu ainda ter conhecimento de casos concretos de beneficiários que já terão sido afetados por esta situação fiscal, o que reforça, na sua opinião, a necessidade de intervenção. Por fim, abordou uma questão relacionada com a atividade do Gabinete Jurídico, referindo o Processo n.º 550/18.2BECTB, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco e que se encontra relacionado com a requalificação e valorização do Castelo de Longroiva, solicitou esclarecimentos adicionais sobre o estado do processo, referindo que, tanto quanto lhe foi possível perceber pela informação disponibilizada, o mesmo estará associado a uma questão de um terreno. Considerou que está em causa um evidente interesse público ligado à valorização do património histórico e cultural do concelho e manifestou curiosidade em conhecer os contornos da situação e os motivos que têm originado o prolongamento do processo judicial. ----------

Usou da palavra o **Deputado Óscar Sampaio,** cumprimentou novamente a Mesa, o Executivo Municipal, os Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta e o público presente. Referiu que, a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara abrange diversas matérias, mas optou por centrar a sua intervenção na área da ação social, mais concretamente na submissão da candidatura ao "1.º Direito". Começou por salientar que a habitação constitui um dos problemas mais urgentes da atualidade, transversal à generalidade do mundo desenvolvido, considerando que o "1.º Direito" assume uma importância fundamental ao apoiar o acesso à

habitação e ao promover soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições consideradas indignas. Afirmou que o Município de Mêda teve uma atuação positiva nesta matéria, reconhecendo o trabalho desenvolvido durante o mandato presidido por Anselmo de Sousa. Destacou igualmente o contributo técnico do Engenheiro Júlio Félix, entendendo que deixou um dossiê devidamente estruturado e preparado para a sua continuidade, sublinhando que os projetos municipais devem ter continuidade independentemente dos ciclos políticos. Relativamente à informação apresentada, observou que apenas é mencionada a submissão de uma candidatura ao "1.º Direito", sem que sejam fornecidos outros elementos explicativos, razão pela qual solicitou esclarecimentos adicionais sobre o estado do processo. Recordou que o Município celebrou um acordo de colaboração com o IRU, o qual já se encontra em execução há cerca de três anos, estando previsto um prazo total de seis anos. Nesse sentido, observou que já decorreu aproximadamente metade do período inicialmente previsto para a execução da estratégia. Acrescentou que, para além da resposta às necessidades habitacionais identificadas, a Estratégia Local de Habitação contempla um conjunto de investimentos e financiamentos já contratualizados, referindo que o montante global previsto ascende a cerca de 1.120.000 euros. Destacou ainda que uma parte significativa desse financiamento corresponde a verbas não reembolsáveis, complementadas por outras modalidades de apoio financeiro em condições favoráveis. Considerou que o Município definiu, desde o início, uma estratégia clara para esta área e recordou que os respetivos instrumentos de planeamento e contratualização foram formalizados em tempo oportuno. Contudo, manifestou preocupação com a ausência de resultados visíveis no terreno, referindo que, até ao momento, não tem conhecimento da concretização de qualquer intervenção habitacional ao abrigo deste programa. Concluiu solicitando ao Executivo um ponto de situação detalhado sobre a execução do "1.º Direito" no concelho de Mêda, nomeadamente sobre os projetos previstos, os investimentos realizados. ----

Usou da palavra o **Deputado Marco Saldanha,** manifestou que, relativamente à nova identidade gráfica e à estratégia de comunicação, considera que o trabalho bem executado deve ser reconhecido, independentemente das posições políticas de cada um. Nesse sentido, destacou vários aspetos da atividade municipal que, na sua opinião, merecem reconhecimento. Referiu a intervenção de pavimentação e instalação da conduta de abastecimento de água na estrada da Capela, em Fonte Longa, bem como a aquisição dos armazéns da Viúva Carneiro, matéria já anteriormente abordada. Relativamente a este último processo, recordou que, no mandato anterior, existiram intenções e deliberações relacionadas com a aquisição daquele património que não chegaram a produzir resultados concretos. Considerou, por isso, que a recente concretização da escritura demonstra que os instrumentos financeiros entretanto aprovados estão a produzir efeitos positivos. Aproveitou para questionar o Executivo sobre os próximos passos previstos para aquele espaço, bem como para a área da antiga Central de Camionagem. Prosseguiu, felicitando o Executivo pela realização da Feira Medieval de Marialva e da Feira do Mundo Rural, considerando que ambas as iniciativas representam importantes momentos de valorização cultural. Relativamente à Feira Medieval de Marialva, referiu ter estado presente numa das noites do evento, manifestando uma apreciação positiva pela envolvência criada, pela dinâmica desenvolvida e pela diversidade de atividades apresentadas. Considerou que foi possível introduzir elementos diferenciadores relativamente a edições anteriores, evitando a repetição de formatos e contribuindo para a renovação do evento. Quanto à Feira do Mundo Rural, salientou a importância de valorizar o património cultural, agrícola e pastoril do concelho, bem como as atividades tradicionais associadas com as matilhas ao mundo rural. Destacou ainda o trabalho de divulgação realizado através das redes sociais, considerando que já é possível observar melhorias ao nível da estratégia de comunicação municipal. Na sua opinião, a cobertura

digital dos eventos permite que muitas pessoas acompanhem as iniciativas mesmo quando não podem estar presentes fisicamente, contribuindo para uma maior projeção do concelho. Abordou a questão da realização da corrida de touros integrada na Feira do Mundo Rural, afirmou que se trata de uma matéria que gera opiniões divergentes e que devem ser respeitadas todas as sensibilidades existentes. Esclareceu que não pretendia entrar na discussão sobre a legitimidade cultural ou legal da atividade, reconhecendo que se trata de uma prática permitida em Portugal e que reúne apoiantes e opositores. Contudo, referiu que a sua análise incide sobretudo sobre a questão da gestão dos recursos públicos e do custo de oportunidade associado à realização do evento. Nesse contexto, observou que a corrida de touros representou um encargo de cerca de 25.000 euros para o Município, valor que, segundo referiu, consta da informação disponibilizada. Acrescentou que, de acordo com a publicidade divulgada, os espetadores tiveram igualmente de adquirir um bilhete de 20 euros para assistir ao espetáculo, pelo que questionou se a receita da bilheteira reverteu para o Município ou para a entidade promotora do evento. Afirmou que a sua dúvida principal se prende com a avaliação do custo-benefício da iniciativa, considerando legítimo questionar se aquele investimento poderia ter sido canalizado para outras atividades ou eventos municipais, entendendo que essa reflexão faz parte da gestão responsável dos recursos públicos. Prosseguindo a sua intervenção e mantendo a referência ao conceito de custo de oportunidade, referiu que, nesse mesmo fim de semana, optou por não assistir à corrida de touros, não por discordar da atividade em si, mas por considerar que a utilização dos recursos financeiros naquela iniciativa lhe suscitava dúvidas quanto à sua prioridade. Acrescentou que, durante esse período, regressou à localidade onde tem as suas raízes, no Bairro do Morro, tendo constatado que algumas necessidades identificadas anteriormente continuam por resolver. A esse propósito, observou que um investimento da ordem dos 25.000 euros poderia eventualmente permitir a realização de intervenções de manutenção em arruamentos, nomeadamente na reparação de pavimentos degradados, ainda que não fosse suficiente para uma requalificação total. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou reconhecer o cumprimento de compromissos assumidos, designadamente no domínio da comunicação, mas considerou que, nesta fase do mandato, deveriam ser privilegiadas outras prioridades de investimento. Defendeu que iniciativas como a realização das touradas poderiam eventualmente ser equacionadas numa fase mais avançada do mandato, após a concretização de algumas intervenções que considera mais urgentes para a população. Sublinhou que esta posição corresponde à sua perspetiva pessoal e política, entendendo que existem necessidades que, no atual contexto, deveriam merecer precedência relativamente a determinadas atividades de caráter recreativo ou cultural. Considerou, por isso, que a realização das touradas representou um encargo com peso excessivo nas contas municipais. Referiu ainda que a mesma lógica de análise baseada no custo de oportunidade pode ser aplicada a outras iniciativas promovidas pelo Município, designadamente a eventos desportivos relacionados com o ciclismo. Reconheceu, contudo, que essas opções resultam de decisões do Executivo Municipal, recordando que o Senhor Presidente não governa isoladamente, mas integrado numa equipa com responsabilidades partilhadas na definição das prioridades de investimento. A concluir, e ainda no âmbito da reflexão sobre a aplicação dos custos de oportunidade, recordou uma promessa anteriormente assumida relativamente à requalificação do Largo do Rabaçal. Referiu que tencionava abordar essa matéria numa futura sessão de balanço do mandato, mas aproveitou a oportunidade para recordar o compromisso. Observou que, embora o mandato ainda disponha de vários anos para a concretização dos projetos previstos, considera importante que as obras avancem de forma gradual e não apenas na fase final do ciclo autárquico, manifestando a expectativa de que essa intervenção possa ser iniciada em tempo útil. Terminou agradecendo. ----------

Ulene da

Usou da palavra **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo,** começou por responder à última questão colocada, relacionada com o conceito de custo de oportunidade. Referiu compreender o argumento apresentado pelo membro, mas salientou que uma opção não exclui necessariamente a outra. Considerou que, se esse princípio fosse aplicado de forma generalizada, muitas das iniciativas promovidas pelo Município deixariam de poder ser realizadas, uma vez que os respetivos recursos financeiros poderiam sempre ser direcionados para outras necessidades existentes no concelho. A título de exemplo, referiu que os montantes investidos nas Festas de Agosto poderiam ser utilizados para intervenções de requalificação urbana, tal como os recursos afetos a eventos culturais, nomeadamente ao festival de folclore, poderiam igualmente ser canalizados para outras obras em diferentes localidades do concelho. Nesse sentido, defendeu que a gestão municipal exige a definição de uma estratégia equilibrada entre investimento em infraestruturas, cultura, promoção territorial e qualidade de vida. Relativamente ao Bairro do Morro, recordou que já tinha abordado a situação em diversas ocasiões e reiterou que existe uma questão estrutural que importa resolver antes da realização de qualquer intervenção municipal. Explicou que parte das infraestruturas e responsabilidades continuam associadas à cooperativa criada para aquele loteamento, pelo que determinadas competências ainda não transitaram formalmente para a Câmara Municipal. Referiu que uma das questões já solucionadas foi a relacionada com o sistema de pressurização da água, intervenção que beneficiou não apenas o Bairro do Morro, mas também outras zonas da parte alta da cidade. Contudo, salientou que subsistem diversas matérias por regularizar, designadamente as relacionadas com as redes de gás, infraestruturas técnicas e outros equipamentos existentes no local, determinadas estruturas e equipamentos pertencem ainda à cooperativa ou se já integram o domínio municipal, considerando indispensável clarificar essa situação antes de qualquer intervenção mais profunda. Acrescentou que também existem outros espaços associados à cooperativa cuja situação patrimonial necessita de esclarecimento, nomeadamente alguns lotes que permanecem sem utilização e áreas envolventes. Referiu que esta questão jurídica se arrasta há vários anos e que já foi objeto de discussão em mandatos anteriores. Apesar de compreender a expectativa dos moradores relativamente à realização de obras e à melhoria das condições urbanísticas do bairro, considerou que não seria responsável avançar com investimentos significativos sem que a situação legal esteja previamente regularizada. Explicou que, enquanto as infraestruturas continuarem formalmente sob a responsabilidade da cooperativa, persistem dúvidas relativamente à titularidade e gestão de diversos equipamentos e serviços, situação que impede uma intervenção municipal plena. Nesse contexto, apelou aos elementos que fazem parte da cooperativa e moradores mais antigos do Bairro do Morro para que promovam a atualização e regularização da situação da cooperativa, salientando que muitas das propriedades já mudaram de titular ao longo dos anos, tornando esse processo ainda mais necessário. Informou que o Município já manifestou disponibilidade para apoiar esse procedimento, disponibilizando inclusivamente os seus serviços jurídicos para acompanhar os interessados na regularização e eventual extinção da cooperativa, de forma a permitir que as respetivas responsabilidades e infraestruturas possam transitar para a esfera municipal e, consequentemente, possibilitar futuras intervenções por parte da Câmara Municipal. Voltou a abordar a questão do custo de oportunidade, referindo que essa é uma reflexão que pode ser aplicada não apenas às corridas de touros, mas a qualquer iniciativa promovida pelo Município. Considerou que a realização de eventos deve coexistir com o investimento nas necessidades identificadas nas Freguesias e na melhoria das condições de vida das populações, defendendo que ambas as dimensões podem e devem ser conciliadas. Relativamente à Feira Medieval de Marialva, salientou que se trata de um evento assente num legado histórico e patrimonial de grande relevância para o concelho, considerando fundamental preservar e valorizar essa herança. Acrescentou que importa também

avaliar o contributo que este tipo de iniciativas pode ter para a dinamização económica do território. Referiu que assumiu o compromisso de proceder a uma avaliação objetiva dos resultados da Feira Medieval, explicando que não considera suficiente basear a análise apenas em perceções pessoais ou na afluência observada durante os dias do evento. Defendeu que é necessário recorrer a dados concretos que permitam medir o impacto efetivo da iniciativa. Nesse contexto, observou que muitas vezes as opiniões sobre o sucesso ou insucesso de um evento assentam em perceções subjetivas, podendo existir interpretações distintas sobre uma mesma realidade. Por esse motivo, considerou essencial complementar essas perceções com indicadores objetivos. Informou que foi elaborado um relatório de avaliação, através do qual foi possível analisar as interações, visualizações e o alcance digital associado ao evento. Referiu que os resultados registaram um crescimento muito significativo, não se limitando a pequenas variações percentuais. Acrescentou que o acompanhamento digital do evento permitiu alcançar um número muito elevado de visualizações e interações nas plataformas de comunicação utilizadas, indicando que o relatório final aponta para um alcance superior a um milhão de visualizações. Considerou que estes dados revelam uma dimensão de divulgação e promoção muito superior àquela que normalmente é percecionada de forma direta. Sublinhou que a apresentação destes indicadores resulta do compromisso assumido pelo Executivo de fundamentar as suas avaliações em factos concretos e não apenas em perceções. Nesse sentido, informou que o referido relatório será disponibilizado aos membros da Assembleia para conhecimento e análise. Passando à Feira do Mundo Rural, afirmou que esta iniciativa assume particular importância por estar diretamente ligada à identidade do concelho. Considerou que o território tem uma forte ligação ao setor agrícola e rural e que é fundamental valorizar essa realidade, sob pena de se perder a consciência das próprias raízes e da identidade coletiva. Referiu que o evento integrou diversas iniciativas relacionadas com o mundo rural, destacando o encontro de sapadores florestais, a entrega de apoios à apicultura e outras ações de valorização das atividades agrícolas e pecuárias. Informou que foram atribuídos apoios destinados aos apicultores, nomeadamente através de incentivos calculados por colmeia, bem como apoios na área da sanidade animal destinados aos produtores pecuários. Explicou que estes incentivos têm como principal objetivo promover a saúde animal e prevenir problemas sanitários, contribuindo simultaneamente para a proteção da saúde pública. Salientou que a Feira do Mundo Rural pretende homenagear e valorizar todas as pessoas que trabalham diariamente no setor agrícola e rural, defendendo que o concelho deve orgulhar-se dessa identidade e das suas tradições. Afirmou que, continuará a defender e a promover estes valores enquanto exercer funções autárquicas, assumindo de forma clara a sua ligação ao mundo rural e às origens do concelho, por considerar que essa é uma componente essencial da identidade de Mêda. Reforçou que, enquanto exercer funções como Presidente da Câmara, continuará a defender os mesmos princípios e valores, reconhecendo que esse discurso poderá tornar-se repetitivo para alguns, mas considerando importante manter essa coerência. Referiu que, o percurso que realizou ao longo da vida foi possível graças ao trabalho e ao esforço de gerações anteriores, que lhe proporcionaram condições para obter formação e construir o seu percurso pessoal e profissional. Nesse sentido, considerou que existe uma responsabilidade coletiva de respeitar e valorizar esse legado, profundamente ligado ao mundo rural e ao trabalho da terra. Acrescentou que a edição deste ano da Feira do Mundo Rural foi dedicada ao Pastor, enquadrando-se nas comemorações do Ano do Pastor. Recordou que teve a oportunidade de receber o Secretário de Estado no primeiro dia do evento, ocasião em que lhe ofereceu simbolicamente um cajado, associando esse gesto à valorização da identidade rural do concelho. Referiu, de forma bem-humorada, que esse símbolo deveria servir para recordar, nos diferentes espaços de decisão, a importância dos territórios do interior e a necessidade de continuarem a ser apoiados. Salientou que, é através destas iniciativas, assentes na valorização

das tradições, da identidade e das características próprias do território, que o Município deve continuar a investir e a aplicar os seus recursos. Reconheceu que a Feira do Mundo Rural também representa um investimento financeiro para o Município, mas considerou que esse investimento deve ser analisado sobretudo pelo seu contributo para a valorização das tradições, das atividades económicas locais e da dignidade das pessoas que vivem e trabalham no território. Defendeu que este é um evento que deve continuar a ser desenvolvido, aperfeiçoado e ampliado, considerando que a crítica construtiva constitui igualmente um instrumento importante para a sua evolução. Relativamente à intervenção na Fonte Longa, referiu que a ligação entre a Capela de Nossa Senhora de Belém e a sede da Freguesia, incluindo a pavimentação e a instalação da conduta de abastecimento de água, corresponde a um objetivo que vinha sendo identificado há vários anos. Quanto aos armazéns da Viúva Carneiro, reconheceu igualmente que se trata de uma pretensão antiga do Município, informando que a escritura pública já foi formalizada e que a prioridade passa agora pela utilização efetiva do espaço. Esclareceu que está a ser desenvolvido um estudo com vista à apresentação de uma candidatura a financiamento para a requalificação do imóvel. Contudo, salientou que o Município não pretende ficar dependente exclusivamente da obtenção desse apoio para avançar com a utilização do edifício. Nesse sentido, informou que, caso não surjam oportunidades de financiamento compatíveis com os objetivos definidos, a Câmara Municipal pondera realizar, com recursos próprios, um conjunto de intervenções de beneficiação consideradas essenciais, nomeadamente ao nível da pintura, da recuperação de pavimentos e da melhoria das condições gerais de utilização do espaço. Acrescentou que a intenção do Executivo é colocar o imóvel em funcionamento ainda durante o presente ano, prevendo que, nos próximos meses, parte da frota automóvel municipal, atualmente instalada noutros espaços, seja transferida para aquele local. Referiu ainda que o objetivo passa por transformar o edifício num centro operacional ligado à mobilidade e aos transportes, concentrando ali diferentes serviços e funcionalidades. Nesse âmbito, apontou a articulação com os sistemas de transporte promovidos pela Comunidade Intermunicipal, bem como a integração de serviços de transporte local, incluindo a atividade dos taxistas. Afirmou que a intenção é criar naquele espaço um verdadeiro centro rodoviário e de operações de transporte, permitindo que os cidadãos identifiquem facilmente o local como ponto de partida e de ligação para diferentes destinos dentro e fora do concelho. Recordou que assumiu o compromisso de melhorar as condições de mobilidade para as pessoas oriundas da Área Metropolitana de Lisboa, do Porto e do Algarve, de forma a permitir que possam deslocar-se até Mêda sem necessidade de recorrer ao apoio de familiares, amigos ou serviços de transporte privado. Referiu que é precisamente nesse contexto que está a ser desenvolvido o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS), informando que no dia anterior tinha participado numa reunião dedicada a essa matéria. Observou que apenas esteve presente uma Presidente de Junta, a Senhora Alexandrina Abrunhosa, aproveitando para apelar aos restantes Presidentes de Junta para que identifiquem e transmitam as carências de mobilidade existentes nas respetivas Freguesias, uma vez que será através desse plano que poderão ser definidas e implementadas futuras soluções de transporte. Relativamente ao "1.º Direito", respondeu à questão colocada pelo Deputado Óscar Sampaio, reconhecendo que a execução deste instrumento não decorreu da forma inicialmente prevista, não apenas em Mêda, mas também em muitos outros municípios do país. Explicou que vários dos pressupostos que serviram de base à elaboração da Estratégia Local de Habitação foram posteriormente alterados pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e pelas entidades tutelares, o que introduziu constrangimentos e incertezas relativamente ao financiamento e à concretização de alguns investimentos inicialmente previstos. Sublinhou ainda a necessidade de distinguir o "1.º Direito" de outros instrumentos de política habitacional, designadamente os programas de habitação a custos acessíveis, por se tratarem de mecanismos distintos, com enquadramentos e

objetivos diferentes. Acrescentou que os principais investimentos previstos no âmbito da Estratégia Local de Habitação estavam concentrados em duas entidades: o Município de Mêda e a Santa Casa da Misericórdia de Mêda. Referiu que os montantes inicialmente considerados rondavam, de forma aproximada, os dois milhões de euros para cada uma das entidades, embora tenha ressalvado que não dispunha naquele momento dos valores exatos. Esclareceu que, numa fase inicial, existia a expectativa de financiamento integral dos investimentos elegíveis. Contudo, ao longo do processo, surgiram indicações de que alguns projetos poderiam deixar de beneficiar de financiamento a 100%, passando a enquadrar-se noutros instrumentos financeiros, com taxas de comparticipação substancialmente inferiores. Considerou que esta alteração teve um impacto significativo na viabilidade dos investimentos previstos, uma vez que obrigaria as entidades promotoras a suportar uma parte considerável dos custos. Informou que foram inicialmente identificadas quarenta e oito situações de carência habitacional suscetíveis de enquadramento no "1.º Direito". No entanto, verificou-se posteriormente que muitas dessas situações apresentavam problemas de natureza jurídica ou administrativa, nomeadamente relacionados com a titularidade dos imóveis, processos de herança não concluídos ou outras irregularidades que impediam a apresentação imediata das candidaturas. Referiu que os serviços municipais têm vindo a trabalhar na resolução dessas situações e informou que foram recentemente submetidas várias candidaturas individuais, envolvendo agregados familiares de diferentes localidades do concelho. Esclareceu que os acordos de financiamento inicialmente contratualizados continuam formalmente em vigor, não tendo sido anulados. Contudo, afirmou que a perceção atual é a de que parte dos financiamentos poderá vir a ser enquadrada através de mecanismos financeiros distintos dos inicialmente previstos, designadamente através do Banco Europeu de Investimento (BEI), situação que poderá implicar níveis de comparticipação inferiores aos inicialmente anunciados. Acrescentou que vários municípios enfrentam atualmente as mesmas dificuldades e que as opções adotadas têm variado de concelho para concelho. Alguns avançaram com os investimentos assumindo os riscos financeiros associados, enquanto outros optaram por aguardar por maior clareza quanto às condições de financiamento. Neste ponto referiu que os serviços municipais continuarão a trabalhar na regularização das situações individuais identificadas, submetendo candidaturas à medida que os respetivos requisitos legais sejam cumpridos, considerando que a evolução do programa poderá justificar futuras atualizações e reformulações da estratégia inicialmente prevista. Passando à questão relacionada com os apoios atribuídos aos agricultores afetados pelos incêndios, recordou que já havia abordado o tema numa sessão anterior da Assembleia Municipal, na sequência de uma questão colocada ao Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro). Referiu que procurou obter esclarecimentos sobre a possibilidade de revisão dos limites e do enquadramento fiscal dos apoios atribuídos, tendo sido informado de que os montantes recebidos pelos beneficiários seriam no valor de 10mil euros. Confirmou que essa tributação está a ser aplicada aos apoios recebidos e manifestou o entendimento de que essa solução não é justa para os agricultores afetados. Acrescentou que já transmitiu essa preocupação às entidades competentes e que continuará a defender a revisão do enquadramento fiscal destes apoios. Contudo, reconheceu que, neste momento, não tem expectativas elevadas quanto à reversão da decisão já tomada. Relativamente à participação do Município na Feira Nacional de Agricultura, em Santarém, considerou que este tipo de iniciativas constitui uma importante oportunidade para promover o território junto de públicos exteriores ao concelho. Destacou, em particular, a presença do Presidente da República no certame, referindo que teve oportunidade de contactar diretamente com o Chefe de Estado durante a visita ao espaço promocional de Mêda. Informou que, no âmbito da participação do Município, foi realizada uma demonstração gastronómica que incluiu produtos e receitas tradicionais do concelho. Referiu que o senhor Presidente da

República demonstrou especial interesse por uma das sobremesas apresentadas, acrescentou que, na sequência dessa observação, foi manifestado interesse em incluir essa especialidade gastronómica numa futura iniciativa institucional, tendo o Município demonstrado disponibilidade para colaborar e assegurar a sua presença, caso tal venha a concretizar-se. Considerou que a participação na Feira Nacional de Agricultura permitiu divulgar o concelho, os seus produtos e as suas tradições junto de um público alargado, reforçando a notoriedade de Mêda a nível nacional. Relativamente ao Feriado Municipal, referiu que este constitui igualmente um compromisso assumido na tomada de posse, esclareceu que não estava a afirmar que a data será ou não alterada, uma vez que essa matéria será objeto de discussão. Informou que foi emitido um despacho designando o Dr. João Paulo, considerado detentor das competências necessárias para o efeito, para proceder à avaliação das datas relevantes para o concelho de Mêda que possam ter interesse no âmbito do feriado municipal, bem como para analisar as razões que justificam a atual celebração do feriado municipal no dia 11. Mencionou que o referido estudo se encontra em desenvolvimento e que, posteriormente, será apresentado à Câmara Municipal. Indicou ainda que o assunto será discutido na Assembleia Municipal e que, caso esse seja o entendimento dos seus membros, poderá ser realizado um referendo para decidir sobre a manutenção ou alteração da data, assegurando a devida divulgação e conhecimento da sua relevância. Defendeu que existe a obrigação de proporcionar à população informação e conhecimento sobre esta matéria, salientando-se que muitos munícipes desconhecem as razões pelas quais o feriado municipal é celebrado no dia 11. Foi igualmente mencionado que existem outras datas importantes para o concelho que poderiam constituir referências relevantes para o município. Relativamente à Proteção Civil, referiu que se trata de uma matéria importante para o território, tendo sido feita referência à situação verificada no ano anterior. Manifestou que o pasto existente no território e a velocidade de propagação do fogo, associada ao crescimento da vegetação espontânea, poderão originar situações desagradáveis durante o presente verão, motivo pelo qual estão a ser adotadas todas as medidas necessárias de prevenção. Salientou que, neste momento, a sua principal preocupação incide sobre o PRR e o Portugal 2030, considerando que existem necessidades imediatas que devem ser salvaguardadas, mais do que a discussão relativa ao horizonte temporal de 2034. Esclareceu que, não está prevista a atribuição de viaturas às Freguesias, podendo, no entanto, ser disponibilizada uma cisterna para cada uma delas. Informou que o trator será atribuído à Câmara Municipal, estando prevista a disponibilização de uma cisterna a cada Freguesia. Referiu que o Governo irá apoiar a aquisição de um gerador e de outro tipo de sinalização. Indicou que está a ser preparada uma proposta para que cada Freguesia disponha de uma cisterna afeta à própria Freguesia. -----

Ponto 2º - Análise e aprovação da Ata número quatro da Reunião Ordinária de Assembleia realizada no dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e seis;

De seguida foi aberto o período destinado a pedidos de esclarecimento, tendo-se inscrito os seguintes intervenientes: Cláudio Heitor Rebelo. ----------

Usou da palavra o **Deputado Cláudio Heitor Rebelo,** referiu que, só iria dar uma pequena nota, costuma verificar apenas as partes da ata relativas às suas próprias intervenções, sem analisar as intervenções dos restantes membros. Mencionou que, numa entrevista do Senhor Ministro da Educação, foi referido que não existe financiamento para obras em escolas, matéria que considerou relevante por já ter sido anteriormente discutida em reunião. Indicou ter a perceção de que o Senhor Presidente havia prestado esclarecimentos sobre esse assunto, mas que não encontrou qualquer referência à questão na documentação consultada, admitindo a possibilidade de não a ter identificado corretamente. Recordou que, na reunião anterior, tinha

sido colocada uma questão relativa ao ponto de situação das obras nas escolas, as quais aparentam estar praticamente paradas, situação que considera preocupante, especialmente tendo em conta o período de verão. ----------

Neste momento, e não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal propôs o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. ---------- Heredia

do n.º 3 do art.° 34.° do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na aprovação da ata, os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita.----------

Ponto 3º - 2º Revisão ao Orçamento e ás Grandes Opções do Plano;

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo**, informou que a revisão orçamental assenta em duas situações principais. Referiu que uma das alterações decorre da revisão do protocolo celebrado com o Fundo Ambiental, nomeadamente no que respeita ao Fundo de Emergência, permitindo posteriormente o recebimento das verbas correspondentes. Indicou igualmente que o projeto, no âmbito do PRR, se encontra comparticipado a 100%, tendo sido necessária uma alteração orçamental no valor de 60.000 euros. Esclareceu que as restantes alterações estão relacionadas com projetos para os quais já existem propostas de candidatura, estando a ser efetuados ajustamentos de valores com vista à adequação do orçamento. Resumiu que não existem novas obras previstas, tratando-se apenas de ajustamentos da componente financeira necessários para a concretização das obras já previstas. ----------

Neste momento, e não havendo mais intervenções, **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, propôs o ponto a votação. A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, a 2º Revisão ao Orçamento e ás Grandes Opções do Plano; ----------

Ponto 4º- Análise e aprovação do projeto de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal;

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, após entrada no presente ponto, requereu a sua retirada da ordem de trabalhos, a qual, face aos motivos apresentados, foi aceite por todos os membros presentes da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado, por unanimidade, pela sua exclusão da ordem dos trabalhos. ----------

Usou da palavra o **Deputado Cláudio Heitor Rebelo,** referiu que a proposta de Regimento é um documento que se encontra em aberto. Manifestou que cada bancada devia de ter a oportunidade de apresentar os seus contributos, indicando que, na sequência das conversas mantidas, nomeadamente com o Dr. António, deveriam ser apresentadas ideias e sugestões de alteração ao documento. Informou que, da sua parte, serão formuladas propostas de alteração e sugestões, encontrando-se o documento atualmente em análise pelo respetivo grupo, sendo posteriormente apresentados os respetivos contributos. ----------

Usou da palavra o **Deputado António Almeida,** apresentou cumprimentos à Mesa, na pessoa do Senhor Presidente, aos Senhores Deputados, ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores. Relativamente à questão do Regimento, referiu que, embora com uma perspetiva diferente da apresentada pelo Senhor Presidente, considera que, uma vez que o documento já foi enviado a todos os membros e é do conhecimento geral, seria útil definir um prazo para a apresentação de contributos. Propôs que a Assembleia estabelecesse um prazo determinado, designadamente de 15 ou 20 dias, ou outro que fosse considerado adequado, para que todos os interessados pudessem apresentar sugestões e contributos. Defendeu que, após a recolha desses contributos, competiria à Assembleia proceder à sua análise e desenvolver o respetivo trabalho. Acrescentou que o resultado final poderia ser apresentado em setembro, considerando que,

tendo todos já conhecimento do documento em análise, seria oportuno aceitar contributos durante o prazo que viesse a ser definido pelo Senhor Presidente. Concluiu apresentando esta proposta para apreciação. ----------

Por fim, foi deliberado que os assuntos constantes desta reunião sejam aprovados em minuta, de acordo com o disposto no n.º 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I a que se refere o nº2 do artigo 1º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação. ----------

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a sessão pelas doze horas e quarenta e cinco, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será lida e, depois de aprovada, assinada pelo Excelentíssimo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício, Dr. João Germano Mourato Leal Pinto.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Dr. João Germano Mourato Leal Pinto)

A Secretária do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Leticia Lopes Almeida

(Leticia Lopes Almeida)